

SIDNEI LUIZ NIEDERLE

O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA NOS
ANOS DE 1990.

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Lauro Mattei

Área de Pesquisa: Economia do Trabalho

FLORIANÓPOLIS

Outono de 2006.

SIDNEI LUIZ NIEDERLE

O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA NOS
ANOS DE 1990.

Esta monografia foi julgada adequada e a Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 ao Estudante Sidnei Luiz Niederle, na disciplina CNM 5420 – Monografia.

EXAMINADORES

Prof^o. Dr. Lauro Mattei (Presidente).

Prof^a. Dra. Carmen Rosário O. G. Gelinski (Membro).

Prof^o. Dr. Louis Roberto Westphal (Membro).

Aprovada em: 18 / 04 / 2006.

Em memória de meu Avô Evaldo Niederle; e em memória de minha Avó Arlete Carolina Orth Boesing. Dois exemplos de zelo pela família, ternura e muito trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecer? Ora, eu poderia ficar aqui digitando nomes e é possível que me alongasse por páginas. Limitar-me-ei aos que tenho mais próximos e assim estiveram nos últimos anos, de alguma forma fazendo parte da minha vida. E, é claro, antecipo desculpas a quem aqui eu por ventura não citar.

Começo pelos meus pais, Lauro Niederle e Ivanir Boesing, que ao seu modo contribuíram muito com esta caminhada e também devem sentir-se responsáveis por eu ter chegado até aqui. Aos 16 anos ganhei mais um Pai e mais uma Mãe, meus Tios Ivete e Jaime Lavratti. Graças às mais variadas formas de apoio, desde as palavras de estímulo até o lugar para morar, a caminhada tornou-se menos dura e mais segura. Quero agradecer também aos amigos Douglas, Gibran e ao amigo Altair e sua “grande família”. Ao Edivar, que sem saber influenciou na escolha do curso, à Vandí, à pequena Tayana, meus irmãos Nei, Kito e ao Liu, quem também considero irmão e a quem coube a revisão final da monografia.

Meu espírito inquieto me fez conhecer pessoas que não calam diante do que está errado ou injusto. Assim são os amigos de Canasvieiras, do “Canasvieiras com Qualidade”, com quem pude aprender muito nos últimos anos. Conviver com pessoas como o Dinho, Gil, Gilberto, Nilton, Priscila, Dona Cirlei, Toninho, Zoraide, Nadívio, Itamar, Francis França, Daniel San, Cleber e todos os outros foi combustível para me fazer caminhar. E é claro, não posso esquecer do Crescendo com Arte – Música, que me permitiu desfrutar do exemplo de Eliana Cobbett e do companheirismo de Santina, André, Marcoliva...

Da universidade também quero registrar os nomes de colegas com quem compartilhei momentos que guardarei sempre. Os bravos do CALE, Fábio, Manoel, Ruas, Luciano, Wolnei, Júnior, Manuela e Thiago. Os colegas Pedro, Rinaldo, Gustavo, Gustavo Treis, Flavio Amaral, Caroline, Fabiana... Bom, já são 23:50. Ah é claro! Aline. Como poderia esquecer? Adorei a convivência e já estou a sentir saudades!

Um agradecimento especial faço ao Professor Lauro Mattei, com quem trabalhei nos últimos dois anos e meio (ou mais) e por quem fui orientado neste trabalho de conclusão. Há coisas que não se aprende em sala de aula e, neste sentido, ter passado as tardes dos últimos anos na sala do professor, na sua companhia, significou não só um incremento especial na minha formação, mas a afirmação de valores e de saberes obtidos no exemplo de um homem que aprendi a admirar muito. E agradeço também sua esposa, Patrícia, sempre muito atenciosa.

Nós estamos vivendo uma globalização que é a globalização de cima para baixo. Que é das grandes corporações, dos grandes negócios, dos grandes mercados. E essa globalização é um fato irreversível e danoso. Agora, sendo o fato irreversível, o que nos cabe é batalhar para que haja uma globalização de baixo para cima, para que os povos, os grupos, as sociedades, as nações, possam entrar nesse espetáculo fantástico que é a sociedade mundial.

Octavio Ianni.

RESUMO

Está em curso, desde a década de 1970, um intenso processo de reestruturação capitalista, em que as empresas buscam manter sua competitividade e fazer frente ao acirramento da concorrência advinda do processo de globalização. Neste sentido, o mundo do trabalho é significativamente afetado, passando a força de trabalho a ficar exposta a inseguranças relacionadas ao desemprego e a condições de trabalho mais precárias. No presente estudo se analisa o que ocorreu na economia mundial nas últimas décadas do século XX e posteriormente discute-se os impactos dessas mudanças no mundo do trabalho, com ênfase no que ocorre no Brasil neste período. Finalmente, analisa-se a correspondência dessas mudanças internacionais e nacionais no mercado estadual. A partir da análise de um conjunto de indicadores cuja fonte principal é a PNAD – Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios, ressaltou-se a evolução setorial em que o setor agrícola embora sofra redução ainda é o mais expressivo na distribuição da PEA ocupada do estado, os ramos do setor secundário pouco se alteram na década, ainda concentrando grande contingente de trabalhadores principalmente o ramo da indústria de transformação, e os ramos do setor terciário apresentaram crescimento positivo expressivo; as taxas de desemprego em Santa Catarina apresentam-se menores que as do Brasil como um todo e tem variação positiva mais acentuada na segunda metade da década; e, as inovações tecnológicas e o processo de ajuste se fazem sentir de forma mais evidente nos ramos do setor secundário da economia. O trabalho concluiu que as principais tendências do mercado de trabalho catarinense para a década foram: 1) a expansão do setor terciário, onde atividades do comércio e serviços ganham força; 2) a afirmação da tendência de redução da PEA ocupada no setor agrícola do estado; 3) o aumento da informalidade, fenômeno que se expressa de maneira mais forte no contingente da PEA ocupada feminina; e 4) a continuidade da disparidade salarial entre homens e mulheres em que estas, na relação de gênero continuam em desvantagem, já que recebem rendimentos consideravelmente menores que os homens.

Palavras-chave: Globalização; Reestruturação produtiva; Mundo do trabalho; Santa Catarina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Variação real do PIB e variação real do PIB per capita. Brasil, 1985 a 2004.....	31
Gráfico 2: Evolução das importações e exportações como proporção do PIB. Brasil, 1990 a 2001.....	32
Gráfico 3: Evolução da estrutura ocupacional em países e anos selecionados	36
Gráfico 4: Evolução das taxas de desemprego em países e anos selecionados.....	42
Gráfico 5: Evolução da estrutura ocupacional no Brasil. Brasil, 1992 e 2001.....	47
Gráfico 6: Evolução das taxas de desemprego aberto no Brasil. Brasil, 1992 a 2004.....	50
Gráfico 7: População ocupada por grupos de horas trabalhadas no trabalho principal. SC, 1992 e 1999.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da População em Idade Ativa, da Não Economicamente Ativa, da Economicamente Ativa e da condição de ocupação e do desemprego. Brasil, 1992 e 2001.....	48
Tabela 2: Pessoas de 10 anos ou mais de idade (PIA) na semana de referência, segundo sexo e situação do domicílio. SC, 1992 e 1999.....	58
Tabela 3: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência, segundo o sexo e situação do domicílio. SC, 1992 e 1999.....	59
Tabela 4: População economicamente ativa e população ocupada na semana de referência, segundo a condição de ocupação e sexo. SC, 1992 e 1999.....	60
Tabela 5: População economicamente ativa ocupada, por condição na ocupação na semana de referência. SC, 1992 e 1999.....	61
Tabela 6: População economicamente ativa ocupada, por sexo, segundo a posição na ocupação. SC, 1992 e 1999.....	63
Tabela 7: População Economicamente Ativa ocupada assalariada, por categoria do emprego na semana de referência. SC, 1992 e 1999.....	64
Tabela 8: Distribuição da PEA ocupada, segundo os ramos de atividade econômica. SC, 1992 e 1999.....	66
Tabela 9: Distribuição da PEA ocupada por ramos de atividade econômica, segundo o sexo. SC, 1992 e 1999.....	68
Tabela 10: População economicamente ativa ocupada, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo o sexo. SC, 1992 e 1999.....	70
Tabela 11: Percentual de pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação, segundo a jornada semanal habitual do trabalho principal. SC, 1992 e 1999.....	72
Tabela 12: População economicamente ativa ocupada, por sexo, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos. SC, 1992 e 1999.....	74
Tabela 13: Percentual do rendimento das mulheres como proporção do rendimento dos homens. SC, 1992 e 1999.....	75
Tabela 14: Percentual de pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento mensal, segundo a jornada semanal habitual do trabalho principal. SC, 1992 e 1999.....	76

Tabela 15: Percentual de pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por grupo de anos de estudo, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos. SC, 1992 e 1999.....	78
Tabela 16: Distribuição da PEA ocupada por posição na ocupação, segundo o tempo de permanência no emprego. Percentuais. SC, 1992 e 1999.....	79
Tabela 17: Desemprego aberto, total e por sexo. SC, 1992 a 1999.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PIA – Pessoas em Idade Ativa
- PEA – População Economicamente Ativa
- PNEA – Pessoas Não Economicamente Ativas
- II PND - II Plano Nacional de Desenvolvimento
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

CAPITULO 1 – PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.1 INTRODUÇÃO.....	12
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
1.3 METODOLOGIA	14
1.4 ESTRUTURA DO TEXTO	16
CAPITULO 2 – PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS DO FINAL DO SÉCULO XX.....	17
2.1 O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO	17
2.2 – A CRISE DO PADRÃO PRODUTIVO.....	22
2.3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AJUSTE NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS	23
2.4 A ECONOMIA BRASILEIRA NESTE CENÁRIO DE MUDANÇAS GLOBAIS	26
2.5 A ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990.....	29
CAPITULO 3 – O MUNDO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA	34
3.1 PARA UMA INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE O MUNDO DO TRABALHO	34
3.2 O DESEMPREGO.....	40
3.3 FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	44
3.4 O MUNDO DO TRABALHO BRASILEIRO: ASPECTOS GERAIS	46
CAPITULO 4 – A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE NOS ANOS DE 1990.....	52
4.1 BREVES NOTAS SOBRE A ECONOMIA CATARINENSE	52
4.2 MUDANÇAS PRODUTIVAS E CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE.....	54
4.3 COMPORTAMENTO MERCADO DE TRABALHO NA DÉCADA DE 1990: ANÁLISE DE INDICADORES.....	57
4.3.1 Aspectos gerais da evolução da PIA e da PEA catarinense.....	57
4.3.2 Distribuição setorial da PEA ocupada catarinense.....	65
4.3.3 PEA ocupada segundo a jornada de trabalho.....	69
4.3.4 Rendimento dos trabalhadores.....	73
4.3.5 Permanência no emprego e desemprego em Santa Catarina.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

CAPITULO 1 – PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX conjugam períodos de intensas mudanças na economia mundial. O padrão fordista de produção e de acumulação, que vigorou por quase todo o século XX, vai alcançar seu auge no pós-segunda guerra, conformando-se num período que Hobsbawm (1995) chamou de “décadas de ouro do capitalismo”. A partir da década de 1970 tem início um período de crise, marcado pelos sucessivos esforços na sua superação. É neste momento que se acelera o passo para uma nova trajetória tecnológica e de organização da produção, que vai culminar em um novo padrão de crescimento econômico.

Este novo padrão caracteriza-se fundamentalmente pelo desenvolvimento e rápida difusão de novas tecnologias, nova estrutura empresarial, maior interdependência dos mercados financeiros, desregulamentação dos mercados, abertura comercial e a flexibilização das relações de trabalho. Este é, portanto, o período da “globalização econômica”, em que predominam políticas econômicas liberalizantes, que levam a uma restrição das funções do Estado na economia, exacerbando os efeitos sociais adversos.

Os resultados do processo de globalização apresentam-se de forma desigual entre as nações e regiões, concentrando-se os benefícios na tríade desenvolvida – EUA, Europa e Japão – e os resultados negativos, salvo algumas exceções, na periferia do sistema capitalista (MATTEI, 2004).

No bojo das mudanças estruturais em curso, o mundo do trabalho é especialmente influenciado, sendo que a força de trabalho tem o seu padrão de uso e remuneração alterados (POCHMANN, 2002). Isto ocorre através da maior flexibilização das relações de trabalho, o que no argumento em voga seria condição necessária para promover a criação de mais empregos, não levando em conta sob que condições estes seriam criados. Neste sentido, velhas formas de organização do trabalho são destruídas, emergindo novas, que são qualitativamente distintas das anteriores.

Assim, vai se estabelecendo no âmbito da produção uma nova divisão técnica do trabalho, mais flexível e demandante de novas qualificações por parte dos trabalhadores. Dentro da economia mundial, por sua vez, configura-se uma nova divisão internacional do

trabalho imposta pelos países desenvolvidos, a partir do processo de globalização e de ajustes estruturais destes países.

A inserção do Brasil nesta nova divisão internacional do trabalho vem ocorrendo de forma passiva, a partir da incorporação retardatária dos avanços técnicos e organizacionais inerentes ao novo padrão produtivo e das reformas estruturais liberalizantes que vão caracterizar, sobretudo, a década de 1990. Com isso agravam-se os problemas relacionados ao mundo do trabalho, devido aos desajustes macro e microeconômicos, os quais são enfrentados com políticas econômicas que impactaram fortemente o sistema produtivo nacional e, conseqüentemente, o nível de emprego.

Dentre os aspectos fundamentais das mudanças em curso na economia brasileira é possível destacar a rápida abertura comercial iniciada no final da década de 1980 e início dos anos 1990, que aliada aos sucessivos programas de estabilização, impulsionou o processo de reestruturação produtiva da nação. A década das reformas experimentou mudanças no papel do Estado, a partir da privatização de empresas estatais e da estabilização monetária. Os ajustes nas empresas, levados a cabo para enfrentar a concorrência que se acirrou, também geraram impactos negativos sobre o mundo do trabalho, como o aumento considerável do desemprego e das ocupações precárias e não regulamentadas.

É neste cenário que se insere o Estado de Santa Catarina, mesmo apresentando diversas especificidades. É expressiva a presença de pequenas e médias empresas em Santa Catarina, o que aliado às grandes empresas da indústria de transformação e agroindustrial, conforma uma estrutura setorial diversificada. Aumenta, porém, o excedente de mão-de-obra expulso de setores menos dinâmicos como o primário, o qual não é absorvido na indústria de transformação e em outros setores de maior dinamismo econômico.

Em resumo, no contexto de globalização econômica do final do século XX, o novo padrão de desenvolvimento que se consolida está transformando significativamente a estrutura produtiva, as formas de organização social e o mundo do trabalho. A compreensão deste processo passa pela identificação dos fatores que impulsionam estas mudanças em âmbito mundial, mas também no que diz respeito aos seus efeitos locais. Neste sentido, o presente estudo busca interpretar tanto as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho nas últimas décadas em geral, quanto o comportamento específico do mercado de trabalho catarinense nos anos de 1990.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a dinâmica do mercado trabalho em Santa Catarina na década de 1990, à luz das transformações em curso no mundo do trabalho.

1.2.2 Objetivos Específicos

- i) Identificar as principais transformações econômicas nas últimas décadas e seus impactos sobre o mundo do trabalho, no contexto global;
- ii) Identificar as principais mudanças no mercado de trabalho brasileiro, oriundas deste contexto geral;
- iii) Interpretar o comportamento e a dinâmica do mercado de trabalho catarinense, a partir da década de 1990, à luz das mudanças estruturais no mundo do trabalho.

1.3 Metodologia

A metodologia adotada foi a de um estudo analítico-descritivo, a partir de um enfoque teórico-empírico, uma vez que se apóia na literatura especializada sobre o tema, aliado ao caráter quantitativo impresso pelo uso de dados estatísticos que permitem acompanhar a evolução do emprego no Estado de Santa Catarina.

O objeto de estudo é o mercado de trabalho catarinense, cuja análise se desenvolve a partir de dados agregados para o Estado. Toma-se como referência as informações geradas pela PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, que vêm sendo largamente utilizadas em análises sobre o mercado de trabalho no Brasil. Estes instrumentos permitem avaliar, ao longo do tempo, a dinâmica do emprego nos diversos regimes de

trabalho existentes, bem como a distribuição do conjunto de trabalhos pelos ramos de produção.

Os dados da PNAD publicados a partir de 1992 contêm diversas modificações que impossibilitam uma comparação com os períodos anteriores. Dentre as principais alterações, se destacam a inclusão no universo da população economicamente ativa das pessoas que se dedicam à produção para o auto-consumo ou à construção para o próprio uso, além daquelas pessoas que declararam trabalhar, na semana de referência, menos de 15 horas semanais como trabalhadores não-remunerados (MATTEI, 1999a). Esta é uma das razões que justificam o estudo ter restringido seu horizonte de análise ao período pós 1992.

Nas tabelas apresentadas no corpo do texto, constam dados que permitem avaliar o comportamento da PIA – Pessoas em Idade Ativa, que pela classificação do IBGE têm 10 anos ou mais de idade; PEA – População Economicamente Ativa, que é a parcela da população de 10 anos ou mais de idade que contribui diretamente para a produção mercantil, constituída por pessoas ocupadas e desocupadas (DEDECCA, 1998); PNEA – Pessoas Não Economicamente Ativas; Taxa de desemprego aberto, obtida a partir da relação entre as pessoas de 10 anos ou mais de idade que procuraram trabalho na semana de referência e a PEA.

Para se chegar aos resultados referentes à taxa de desemprego no período de 1992 a 1999, fizemos uso: 1) do total das pessoas que se encontravam na condição “desocupadas”, ou seja, que não realizaram nenhuma atividade produtiva na semana de referência e que tomaram alguma providência no sentido de sair desta condição, ou seja, tiveram alguma iniciativa na busca por emprego; 2) O total das pessoas economicamente ativas (PEA). A proporção da PEA desocupada sobre a PEA total resulta na taxa de desemprego aberto naquele momento. A tabela apresenta as taxas totais além de uma desagregação por sexo.

Nas tabelas que apresentam taxas de crescimento, estas foram obtidas a partir de um cálculo econométrico básico que pode ser expresso como $((b/a)^{(1/7))-1)*100$, em que **a** representa o valor para o ano de 1992, **b** o valor do ano de 1999, e a relação **1/7** o número de intervalos do período observado. Este procedimento permite obter a taxa anual média de crescimento no período, usando-se os dados do primeiro e último ano da série.

Nas tabelas que apresentam dados em forma percentual, estes foram obtidos a partir da relação de cada categoria ou grupo específico com o seu total. Se tomarmos a tabela 11 como exemplo, que trata da posição na ocupação segundo a jornada habitual, os dados relativos

foram alcançados a partir da relação de cada grupo de horas habitualmente trabalhadas com o total de cada posição na ocupação.

Já a tabela 14, que apresenta o rendimento das mulheres como proporção do rendimento dos homens foi elaborada a partir dos rendimentos médios mensais dos trabalhadores expressos em moeda. Neste caso, foi elaborada apenas a relação proporcional entre os rendimentos, não sendo feita qualquer atualização monetária ou deflacionamento.

Além disso, quando se discute a condição na ocupação, a categoria empregados foi considerada como sinônimo de assalariados, conforme usualmente é tratada na literatura que analisa o mercado de trabalho brasileiro (DEDECCA, 1998).

1.4 Estrutura do texto

O texto foi dividido em quatro capítulos, mais as considerações finais e referências bibliográficas.

No capítulo 1, é apresentado o problema de pesquisa, objetivos e metodologia adotada na elaboração do trabalho.

No segundo capítulo é feita uma revisão bibliográfica analisando as principais transformações econômicas no mundo do final do século XX, o período da globalização econômica, além de levantadas as principais características da economia brasileira neste período, com ênfase no que ocorre no Brasil na década de 1990.

No terceiro capítulo segue-se com a revisão, agora sobre as questões específicas do mundo do trabalho, onde se busca identificar o que ocorre com o trabalho em âmbito mundial e as principais mudanças do mercado de trabalho brasileiro no período.

O capítulo quatro foca sua análise em diversos indicadores sobre o mercado de trabalho de Santa Catarina. Começa trazendo informações gerais sobre o estado e depois analisa dados obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, que permitem traçar um quadro do mercado de trabalho catarinense nos anos de 1990.

CAPITULO 2 – PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS DO FINAL DO SÉCULO XX.

Este capítulo, tendo como ponto de referência o processo de globalização econômica, analisa o conjunto de fatores que o compõe, destacando seus efeitos sobre a economia mundial e brasileira. Esta revisão deverá embasar a análise específica do mundo do trabalho nos capítulos subsequentes.

O conjunto de mudanças que marcaram o capitalismo após a segunda guerra mundial se entrelaça e seu entendimento passa pela compreensão dos elementos que compõem os processos que nasceram ou apenas se acentuaram a partir daquele momento.

A primeira seção trata do tema “Globalização”, a partir dos possíveis conceitos e das explicações que buscam dar conta das mudanças mais amplas engendradas neste processo. A segunda seção faz uma breve análise do que teria levado à crise do padrão de produção vigente no imediato pós-guerra. Na terceira seção é descrito o processo de reestruturação produtiva que tem início em meados dos anos 1970, como resposta à crise do sistema Econômico Capitalista. Por fim, nas seções quarta e quinta mostra-se brevemente o que estava acontecendo no âmbito da economia brasileira neste período e a forma de reação do Brasil diante da globalização econômica, além de apresentar as principais mudanças ocorridas na economia nacional nas últimas décadas.

2.1 O processo de globalização

A sentença afirmativa de que as últimas décadas do século XX conjugam-se em um período de intensas mudanças na economia mundial, nos remete à análise do que vem sendo chamado de globalização. A própria cunhagem do termo não é algo estático, não estando o conceito de globalização conclusivamente definido. Definitivo, no entanto, é que o termo busca explicar um conjunto de “processos” que ganham força no último quartel do século XX, e que reunidos indicam uma nova formatação capitalista (MATTEI, 2004). Assim, entendida como processo, a globalização nos seus aspectos econômicos vai emoldurando um período na história do capitalismo em que a dinâmica econômica assume características cada vez mais globais.

Isso se dá no sentido da maior mobilidade do capital, nas suas formas produtiva, comercial e, principalmente, financeira, a partir do advento da terceira revolução tecnológica, maior atuação das empresas transnacionais e a emergência do neoliberalismo como norteador das políticas econômicas na maioria dos países.

No que diz respeito à emergência do neoliberalismo, este pode ser entendido a partir de dois movimentos simultâneos. O primeiro foi o esgotamento do padrão fordista-taylorista de produção e organização do trabalho. Em meados da década de 1970, a trajetória tecnológica apoiada na segunda revolução tecnológica alcançou seus limites, levando à queda de produtividade do sistema e à crise do padrão de produção.

O segundo movimento aponta para um conjunto de dificuldades no processo de regulação do Estado “Keynesiano” – o Estado de bem-estar-social – e para o abandono de projetos nacionais de desenvolvimento, num ambiente marcado pelo acirramento da concorrência em âmbito mundial e o avanço da transnacionalização do capitalismo (SAMPAIO JUNIOR, 1998). A ampliação dos fluxos de capitais, a maior importância do comércio exterior na dinâmica econômica e o maior poder conquistado pelas empresas transnacionais caminharam ao lado do enfraquecimento do poder de regulação dos estados nacionais, que têm reduzidas suas capacidades de manter políticas econômicas autônomas.

Neste sentido, como afirma Ianni (1999), “a nação se transforma em mera província do capitalismo mundial, sem condições de realizar sua soberania e, simultaneamente, sem que os setores sociais subalternos possam almejar a construção de hegemonias alternativas” (p. 110). Ocorre, pois, segundo o autor, que sob o neoliberalismo amplos setores da sociedade civil passam a ficar expostos a uma lógica de mercado, com menos condições de negociação frente ao predomínio de grandes corporações e um Estado mais comprometido com o que é transnacional ou global.

Os aspectos teóricos do neoliberalismo tiveram origem logo após a segunda guerra, nas teses de autores como Hayek e Milton Friedman. Os argumentos principais destes autores questionavam o Keynesianismo e seus mecanismos inibidores das forças de mercado, que provinham da ação e intervenção do Estado e dos sindicatos (POCHMANN, 2002). A partir de 1973, com o primeiro choque de preços das matérias-primas e do petróleo e com a generalização de baixas taxas de crescimento, os argumentos do neoliberalismo ganharam força.

Como explicação para a crise, os liberais, ou neoliberais, identificavam fenômenos externos ao mercado, argumentando que os culpados pela crise eram os sindicatos, que

havia corroído as bases de acumulação capitalista através da pressão salarial e das conquistas obtidas no âmbito do Estado de bem-estar, além de todos os mecanismos de manutenção da pesada estrutura Estatal. Esta estaria enrijecendo o padrão de uso e remuneração da mão-de-obra e levando ao constrangimento da poupança privada e das margens de lucro, o que levaria, por fim, à inibição do crescimento econômico (POCHMANN, 2002).

A aplicação efetiva do projeto neoliberal no âmbito do Estado, porém, começou em 1979, com a eleição de Margareth Thatcher na Inglaterra e, em 1980, com Reagan nos Estados Unidos. A partir daí os governos de orientação neoliberal se espalharam pelo mundo desenvolvido e com eles um conjunto de mutações no parque produtivo, privatização de empresas estatais, mudanças de cunho institucional e mudanças na orientação da política econômica, que passou a ser mais focada no controle do gasto público, contração da emissão monetária, controle da inflação, etc, medidas que nada tinham de social e que contribuíram para uma redistribuição de papéis no novo cenário mundial que se formava (ANTUNES, 2002). Nos países periféricos, por sua vez, os pressupostos do neoliberalismo foram apresentados como alternativa para sair da crise, esta entendida como proveniente de falhas nas estruturas econômicas nacionais, o que exigiriam pesadas reformas. Na América Latina estas reformas foram apresentadas no pacote que se convencionou chamar de “consenso de Washington”¹.

Do ponto de vista produtivo, Coutinho (1992), afirma que o advento da terceira revolução tecnológica trás um novo paradigma tecnológico apoiado no “complexo eletrônico” que ganhou corpo a partir dos anos de 1970, nos países avançados. Para o autor, a globalização representa o aprofundamento da internacionalização, destacando-se como principais características deste processo, a

(...) interpenetração patrimonial, com conexão on-line dos mercados financeiros e de capitais, formação de um número expressivo de oligopólios mundiais e a estruturação de redes telemáticas globais por grandes empresas (COUTINHO, 1992, p.84).

¹ Batista (1994) conta que: “Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID – especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título “Latin American Adjustment: How Much Has Happened?”, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar experiências de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de Consenso de Washington” (p.5).

O progresso tecnológico ocorreu à revelia da instabilidade e crise, puxado pelo complexo eletrônico, abrindo caminho para uma nova fase de crescimento econômico nos países avançados a partir da década de 1980 (COUTINHO, 1992). Isso porque com o aumento da capacidade tecnológica e organizacional, buscou-se recuperar a produtividade e, assim, a rentabilidade por parte das empresas.

Falando sobre a década de 1980, Antunes (1999) resume um pouco do que significou o progresso tecnológico para aquele momento:

em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendências, mais ou menos embrionários (p.15).

Como base para se alcançar maiores níveis de produtividade difundiu-se e intensificou-se o progresso tecnológico, aliado a novas formas de organização da produção. Papel de destaque neste processo é dado às empresas transnacionais, que se reestruturaram e ampliam expressivamente sua atuação na economia mundial, o que estaria estimulando o processo de globalização. O conjunto das mudanças que ganham força depois da década de 1970 é apresentada recorrentemente como resultado do processo de ajuste das economias avançadas, visando superar a crise (COSTA, 1995; MATTEI, 2004).

Com relação à maior mobilidade de capitais através das fronteiras nacionais, ganha destaque o viés financeiro do processo de globalização. Através dos movimentos desregulatórios, permitidos pelos preceitos ideológicos que nortearam os processos em curso, estabeleceu-se a reintegração dos mercados nacionais em um mercado global único, não mais organizado e hierarquizado pelos Estados nacionais, mas pelo segmento privado do mercado financeiro (ARRIGHI, 2003).

Para este autor isso não significa que o sistema financeiro tenha se tornado mais global, mas sim a coordenação do sistema passou às mãos do mercado, tornando-se mais descentralizado e com o capital assumindo caráter cada vez mais instável e volátil.

Lins (2002), entretanto, lembra que o processo de globalização nada tem de recente. O autor toma como exemplo o período do Imperialismo clássico, do final do século XIX e início do século XX, onde uma das principais características era a exportação de capitais. E completa:

(...) Assim, considerar que o período atual requer um termo como “globalização”, para descrever as “novas” características da economia mundial, estaria a significar carência de perspectiva histórica na abordagem da atualidade, para não falar em problemas de cunho teórico na identificação da correta unidade de análise com vistas à reflexão sobre a mudança social (LINS, 2002, p.172).

Um aspecto importante da análise sobre o processo de globalização econômica que tem ganhado força nos trabalhos recentes refere-se aos seus resultados negativos, no sentido da maior desigualdade entre as nações, aumento da desigualdade social, aumento do desemprego, “globalização da pobreza”, dentre inúmeros outros fatores de exclusão que vem se acentuando (LINS, 2002; MATTEI, 2004; POCHMANN, 2002).

Na redistribuição dos papéis dos diferentes países na economia mundial, como fizemos referência acima, é que se molda uma nova divisão internacional do trabalho. As mudanças em curso, que compõe e impulsionam a globalização econômica, impactaram diretamente sobre o mundo do trabalho, alterando radicalmente os padrões de uso e remuneração da mão-de-obra, com efeitos diferentes de acordo com o grau de desenvolvimento de cada região ou nação (POCHMANN, 2002).

Neste sentido, cria-se um cenário paradoxal que, como resultado da globalização – e dos seus processos de concentração de capital, flexibilização das relações de trabalho, fluxos de capitais e comércio, dentre os aspectos já mencionados -, faz aumentar a pobreza em meio à abundância (MATTEI, 2004). Conforme afirma Mattei (2004),

De uma maneira geral, pode-se caracterizar a pobreza como sendo resultado de processos econômicos, políticos e sociais que se relacionam entre si e que, muitas vezes, reforçam-se, exacerbando as condições de privação em que os pobres se encontram. Assim, a escassez de bens, de trabalho e a falta de acesso aos mercados de bens e serviços (...) mantêm as pessoas em um estado de pobreza material que as impede de levar o tipo de vida considerado adequado por todos (p.64).

A nova divisão internacional do trabalho, originada do processo de globalização econômica, portanto, se por um lado estabeleceu as bases para um novo estágio de acumulação de capital e crescimento econômico, por outro agravou as disparidades sociais, a pobreza e abriu espaço para um conjunto de inseguranças sociais, sobretudo no mundo do trabalho.

2.2 – A crise do padrão produtivo.

A crise decorrente do esgotamento do padrão fordista-taylorista impulsionou o surgimento de formas flexíveis de produção (ABRAMO, 2000), além de levar ao questionamento das formas de regulação que vigoravam, alterando o próprio papel do Estado.

Dentre os principais fatores que abrem espaço para a crise dos anos 1970, pode-se ressaltar o fato de os aumentos de salários que marcaram as décadas de ouro do capitalismo não mais implicarem (diretamente) em aumentos de demanda. A conseqüente perda de dinamismo do padrão fordista-taylorista está na base da sua subsequente superação como paradigma de acumulação e crescimento econômico (SUZIGAN, 1989).

Para esse autor foram dois os componentes da crise. O primeiro foi de ordem cíclico-estrutural, ou seja, era o momento de descenso do ciclo econômico (descenso do quarto ciclo de Kondratieff, iniciado em meados de 1970). Estes componentes cíclicos, segundo o autor, estariam aliados à componentes conjunturais, onde destacam-se os choques do petróleo e das matérias-primas.

Com os aumentos de produtividade perdendo espaço frente aos aumentos salariais e ao aumento dos custos com matérias-primas e o petróleo, cujo primeiro choque se deu em 1973, ocorre a redução das taxas de lucros, o que impactou negativamente sobre os níveis de investimento e de atividades das economias, ocasionando redução do comércio internacional e pressões inflacionárias. Resumidamente, segundo Suzigan (1989), isso explicaria a crise iniciada nos anos de 1970.

Esta década representou um período de ruptura do padrão de acumulação característico do pós-guerra, período áureo do desenvolvimento capitalista apoiado na produção em massa de bens de consumo durável (fordismo). Sampaio Júnior (1998), reforça o argumento de que os anos 1970 seriam expressão de uma crise cíclica do capitalismo, ou seja, o período representaria o início do período de descenso do ciclo econômico.

Antunes (2002), por sua vez, argumenta ser a crise do fordismo-taylorismo expressão fenomênica de crise estrutural do capitalismo. Isto, porque a grandeza das mudanças em curso incluíram o desmoronamento dos mecanismos de regulação que até então vigoravam. Em Antunes (2002) é possível observar que

(...) como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo

estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (p.31).

Ainda segundo Antunes (2002), os principais aspectos que evidenciaram a crise foram a aceleração da tendência decrescente da taxa de lucros, causada pelo próprio esgotamento do padrão produtivo, aumento dos custos do trabalho e, conseqüentemente, queda da produtividade, e a crise do Estado de bem-estar, que não conseguia mais se financiar, levando à retração dos gastos públicos.

A crise estrutural do capital (ANTUNES, 2002) desencadeou esforços nos países desenvolvidos (inicialmente), no sentido de recuperar o dinamismo da economia, dando início a um intenso processo de ajuste e reestruturação do padrão produtivo. Emerge no âmbito da produção uma nova empresa, não mais rigidamente estruturada, mas flexível. A partir dos esforços em superar a crise, vão se moldando novos modos de produzir, mais flexíveis, e estes, por sua vez, exigem uma gama de outras mudanças - de ordem institucional, de organização do trabalho, na estrutura produtiva e no padrão de uso e remuneração da mão-de-obra.

2.3 Reestruturação produtiva e ajuste nos países desenvolvidos

O esforço de reestruturação das empresas e o acirramento da concorrência intercapitalista são parte da terceira revolução industrial (POCHMANN, 2002). O progresso tecnológico e as novas formas de organização da empresa capitalista estão na base da recuperação da produtividade, no processo de reestruturação iniciado em resposta à crise, nos anos de 1970.

A transição para um novo padrão de acumulação se dá, portanto, apoiada em uma nova trajetória tecnológica e de organização do trabalho, engendrados num modelo de produção mais flexível. Dentre os aspectos mais relevantes do novo padrão produtivo que se disseminou a partir dos anos 1980 destacam-se as novas estratégias das empresas e os novos papéis representados pelo Estado na economia.

No estabelecimento das estratégias que visavam a recuperação dos níveis de produtividade, as empresas passaram a se apoiar em estruturas mais homogêneas e

enxutas, com propósitos de conquistar mercados, reduzindo custos e adequando-se à novas condições de demanda. É neste sentido que se dissemina o uso de procedimentos como terceirização, flexibilização das relações de trabalho, sub-contratação, controle de qualidade, kanban, just-in-time, eliminação do desperdício, além da necessidade de trabalhadores mais qualificados, em condições de executar múltiplas funções, participando de forma mais integrada do processo produtivo (ANTUNES, 1999).

As tendências básicas do novo processo de trabalho e modelo de acumulação que foi se consolidando são as de que o complexo eletrônico ganhou sempre mais peso no conjunto das inovações tecnológicas realizadas. Já a integração da eletrônica com o complexo de máquinas do padrão tradicional tornou a produção integrada e flexível, permitindo às empresas se adequarem a diferentes perfis de demanda (COUTINHO, 1992).

Para esse autor, é importante observar um conjunto de tendências que se evidenciam no âmbito da produção. Por conta das tendências de maior peso dos eletrônicos e da automação integrada e flexível, permitida pela substituição da eletro-mecânica pela eletrônica, ocorreu uma verdadeira revolução nos processos de trabalho. Ganhou força, também, uma tendência de transformação nas estratégias empresariais no sentido de obter maiores fatias do mercado, além da maior especialização das empresas.

Ainda segundo Coutinho (1992), conquistam sempre mais importância os bens intangíveis, como as marcas, os modelos, etc. E na luta estabelecida pela concorrência em âmbito mundial, se acelerou uma tendência de oligopolização e concentração empresarial, formando-se redes globais de ação. Além disso, ocorreu uma importante mudança na cultura empresarial nas últimas décadas, tendo em vista que, embora continue a concorrência, aumentou a cooperação e as alianças entre as empresas. Estaria aumentando a interação entre as empresas e seus fornecedores, clientes e até concorrentes. Exemplo disso seriam as alianças tecnológicas, realizadas para reduzir custos de P&D para desenvolvimento de novos produtos (COUTINHO, 1992).

Para Suzigan (1989),

Em termos de estratégia, a reestruturação enfrenta uma problemática dupla: por um lado, a da “reestruturação defensiva”, voltada para setores tradicionais ou maduros, (...) com competitividade internacional ameaçada, com o objetivo de racionalizá-los; e, por outro, a da “reestruturação positiva”, que visa à “construção de vantagens comparativas em setores com possibilidades favoráveis de dinamismo futuro e em geral com um elevado conteúdo tecnológico” (...) (p.10).

Paralelamente às transformações oriundas do ambiente empresarial, são visíveis mudanças no papel do Estado e na sua forma de atuação frente à economia. No âmbito da globalização econômica, por conta da maior integração inter-estatal e atuação global das grandes empresas, os Estados perdem autonomia na gestão da política macroeconômica e na formulação de estratégias de desenvolvimento (SUZIGAN, 1989).

Isso não significa que o Estado deixa de ter importância na condução da economia. O que ocorre é que no âmbito do Estado são realizadas reformas - claramente orientadas pelos pressupostos do neoliberalismo - com vias a eliminar déficits orçamentários inibidores do investimento privado, remover mecanismos de intervenção estatal na economia e reduzir obstáculos à livre circulação de capitais entre as diferentes nações (MATTOS, 2001). É neste sentido que o Estado é chamado a reestruturar-se, tendo que atender a novas funções, criando as condições para a acumulação de capital num novo ambiente econômico global.

A consequência do processo de reestruturação é o aumento significativo da produtividade do trabalho. Para Sampaio Júnior (1998, p.22) “o salto na produtividade do trabalho que se cristaliza em uma substancial diminuição na proporção do trabalho vivo e trabalho morto tem duas implicações diretas sobre a problemática do desenvolvimento”. A primeira implicação estaria relacionada à desarticulação da organização dos trabalhadores, com o enfraquecimento dos sindicatos e a consequente diminuição na capacidade de garantir a continuidade dos aumentos salariais e outras garantias sociais. A segunda implicação está relacionada ao aumento da concorrência intercapitalista, com que o progresso técnico foi sendo cada vez mais concentrado, facilitando a maior marginalização no mercado de trabalho.

Em resumo, como sugere Pochmann (2002), dentre os principais efeitos das estratégias de reestruturação destaca-se o aumento da produtividade e da competitividade, o que impactou negativamente no mercado de trabalho, reduzindo o emprego. Segundo o autor este processo caracteriza-se pelas mudanças na conduta empresarial, por pesados investimentos em tecnologia, além do surgimento de novas relações de produção, novas formas de gestão de recursos humanos e novas relações de trabalho. Em síntese, reorganiza-se o modo de produzir com o propósito de recuperar ou mesmo manter o dinamismo da economia.

Por fim, um dos principais e mais intrigantes resultados do processo de reestruturação por que passa o capitalismo desde a década de 1970 é a insegurança social gerada por conta do aumento do desemprego. Se por um lado a economia mundial foi se recuperando - mesmo que sem voltar a alcançar o crescimento registrado no imediato pós guerra -, por outro o

mundo do trabalho foi se desestruturando e a insegurança do trabalho foi aumentando, o que é comprovado pelo aumento do desemprego, das modalidades precárias de trabalho e flexibilização das relações trabalhistas (MATTOSO, 1998).

2.4 A economia brasileira neste cenário de mudanças globais

O processo de reestruturação das economias avançadas e a globalização econômica de modo geral impuseram ao Brasil um cenário bastante complexo nas últimas décadas do século XX. Na década de 1970 o Brasil ainda estava completando seu parque industrial, internalizando setores produtores de bens de capital e, particularmente no que se refere ao mercado de trabalho, este ainda seguia o curso do seu processo de estruturação, pautado no aumento dos empregos assalariados iniciado nos anos de 1930 (POCHMANN, 2002). Estes dois processos levaram por um lado à formação de uma estrutura produtiva importante e com elevados níveis de modernidade e, por outro lado, à formação de uma classe trabalhadora expressiva em número e cada vez mais presente como sujeito no processo de desenvolvimento do país.

Na contra-mão do que ocorria nos países industrializados, a economia brasileira manteve a tendência de crescimento acentuado até 1980. Em 1973, com o choque do petróleo, começou a se esgotar o ciclo expansivo do “milagre” econômico iniciado em 1967. Este movimento, porém, se dá num ambiente em que a dinâmica dos ajustes estruturais e crise nos países desenvolvidos, aliada à abundância dos petro-dólares – por conta dos elevados preços deste insumo -, deixava líquido o sistema financeiro internacional e facilitando a captação de recursos externos por parte dos países subdesenvolvidos.

È neste contexto que pode ser entendida a opção feita em 1974 para fazer frente aos desajustes advindos do choque do petróleo. Naquele momento optou-se pelo financiamento do desequilíbrio das contas externas, fator este que viabilizou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), implementado pelo Governo Geisel. As metas fundamentavam-se em dois aspectos principais: complementação da estrutura produtiva e, ajuste no setor de energia (SERRA, 1982). Por conta do II PND, foi possível manter elevadas taxas de crescimento do produto interno, permitindo, de certa forma, uma espécie de sobrevida ao crescimento econômico (BARROS de CASTRO, 1985).

O II PND, pretendendo o equilíbrio do setor público com o privado e da empresa nacional com a estrangeira, embasou-se na constatação de que a empresa nacional perdia espaço frente à estrangeira e a Estatal. Neste sentido, fazia-se necessário fortalecer a empresa nacional e “enquadrar” o Estado e a indústria estrangeira. O Estado passaria a dedicar-se a claras e bem definidas funções, ficando responsável pela estratégia e pelas funções públicas prioritárias ligadas aos setores de infra-estrutura econômica, bem como pelas áreas de desenvolvimento social - ligadas à educação e saúde. A empresa privada seria responsável pelas atividades ligadas à produção (LESSA, 1998).

Toma-se consciência, neste período, que a única forma de se frear o processo de internacionalização da produção industrial e a estatização que se configurava, era fortalecendo a indústria nacional. No tripé da economia esta aparecia como a perna fraca, expressão do desequilíbrio que havia entre estas três esferas (do capital Estatal, do capital privado estrangeiro e do capital privado nacional), e cujo equilíbrio era pressuposto para o desenvolvimento no país, do que denominava-se “neocapitalismo”, um capitalismo moderno, com equilíbrio das forças motrizes, em que os benefícios da industrialização deveriam ser os mais socializados possíveis (LESSA, 1998).

Para Barros de Castro (1985), o II PND é

(...) um plano cujas propostas centrais encontram-se profundamente marcadas pela consciência de que o mundo se encontra mergulhado em grave crise, que tornou patente a vulnerabilidade da economia brasileira. Mas o plano encontra-se também impregnado da decisão de levar a termo o processo de desenvolvimento econômico. (...) Há, no plano, uma manifesta vontade política, e um grande desencontro com os “interesses”. (...) O Estado surge na estratégia de 74, inegavelmente como sujeito – mas o objeto é, antes que nada, a economia, ou se quiser, o mercado. (p.45).

Ocorre, porém, que a estrutura industrial que o Brasil esforçava-se em completar nos anos de 1970, apoiava-se na base técnica da Segunda Revolução Industrial. A partir deste momento já emergia, nos países desenvolvidos, uma Terceira Revolução Industrial, como já assinalamos anteriormente, apoiada em um novo padrão tecnológico, que levaria a um novo ciclo de crescimento econômico nestes países a partir dos anos de 1980. Assim, o Brasil mais uma vez ficou em desvantagem, amargando os efeitos negativos da sua condição de nação de desenvolvimento retardatário (MATTOSO&BALTAR, 1996).

No final da década de 1970 e início dos anos de 1980 o capital internacional passou a dispor de novos espaços de valorização nos países desenvolvidos, esgotando-se as possibilidades do modelo de desenvolvimento via financiamento externo, adotado no Brasil.

Para Mattoso&Baltar (1996), esses “novos interesses do investimento do capital internacional nos centros avançados do capitalismo mundial” teriam levado ao fortalecimento de uma lógica transnacional do capital internacional, além de ter favorecido a sua dissociação com compromissos nacionais que visassem a internalização de inovações e do esforço em P&D.

O segundo choque do petróleo em 1979 e o aumento dos juros nos EUA novamente colocaram em evidência a vulnerabilidade da economia nacional, reduzindo as possibilidades de captação externa de recursos, restando poucas alternativas ao governo brasileiro para enfrentar a crise que não tardaria. O processo de endividamento que caracterizou o período anterior aumentou consideravelmente a dependência externa da nação, tornando-se os juros da dívida expressão máxima desta dependência e dos principais estrangulamentos da economia nacional.

No período de 1981 a 1983 tem início um conjunto de medidas de política econômica de ajuste, com cunho recessivo, objetivando a redução da demanda interna e a criação de excedentes exportáveis, para pagar os juros da dívida (BALTAR, 1998).

A década de 1980, recorrentemente apresentada como “década perdida”, dado o baixo crescimento econômico registrado no período, por conta do desajuste interno promovido pela inflação e pelo endividamento externo, tem início com um forte ajuste fiscal para combater a crise. A década termina tendo as energias do Estado e seus instrumentos de política econômica empenhados no combate à inflação (MODIANO, 1992).

Em resumo, até o início da década de 1980, a economia brasileira caracterizou-se pelo intenso crescimento, apoiada no modelo de desenvolvimento por substituição de importações, devido as condições externas favoráveis. As intensas mudanças que vinham ocorrendo em âmbito mundial, porém, batiam à porta e o Brasil foi chamado a acelerar o passo no sentido de buscar uma maior integração à economia mundial.

O esgotamento do padrão de desenvolvimento que até então vigorava, significou na década de 1980, o limite do padrão de financiamento apoiado no endividamento externo (expressão da crise da dívida). Isto, aliado à escalada do processo inflacionário, levou a desajustes que impactaram negativamente nos níveis de investimento, contribuindo para o quadro de estagnação econômica que dominou todos os anos de 1980.

Na busca por alternativas, ganham força idéias de cunho mais liberal, estas advogando a necessidade de o país engajar-se em uma nova ordem, modernizando-se e adaptando-se a uma nova realidade, o que seria feito a partir da reestruturação do parque produtivo nacional e

intensas reformas no âmbito do Estado e do sistema legal. O receituário ficou a cargo do que se convencionou chamar “Consenso de Washington”, um pacote de medidas sugeridas por organismos financeiros internacionais. A absorção destas sugestões pelas elites políticas, empresariais e intelectuais significou a efetiva introdução do neoliberalismo no Brasil, na década de 1990 (BATISTA, 1994).

2.5 A economia brasileira na década de 1990

A década de 1990 foi palco de intensas mudanças e reformas, como a abertura comercial e financeira, a privatização de empresas Estatais, a progressiva redução das funções do Estado na economia, que culminara com a estabilização dos preços em meados da década (BAUMANN, 1999). Estas mudanças, em especial, são a base do processo de reestruturação produtiva que se inicia no país, configurando-se na forma de inserção do Brasil no mundo globalizado.

De forma tendencial as idéias de cunho liberalizante foram ganhando força, a partir dos anos 1980. Em 1989, Fernando Collor de Mello torna-se o primeiro Presidente eleito pelo voto do povo após o regime militar, apresentando a agenda neoliberal ao Brasil e propondo reformas profundas no modelo de crescimento – que era caracterizado, por exemplo, por um Estado forte e com elevada proteção tarifária (BARROS de CASTRO, 2005; MERCADANTE, 1998). É no Governo Collor que acontece a abertura da economia, o que fez intensificar a concorrência e deu impulso aos esforços de reestruturação por parte das empresas nacionais.

Estas mudanças forçaram as empresas a se modernizarem para se adaptar ao novo cenário. Neste processo de reestruturação, com claro caráter defensivo, disseminaram-se estratégias de redução de custos, novas formas de gestão da força de trabalho, terceirização de etapas do processo produtivo, introdução de novas tecnologias dentre outras ações, passando a modernização do processo produtivo a ser, em diferentes setores da economia, uma questão de sobrevivência (DIEESE, 1996; LINS, 2000).

Dentre os principais efeitos do processo de reestruturação no Brasil podem ser destacados aspectos relacionados diretamente às empresas e aspectos específicos do mundo do trabalho. Sobre o primeiro ponto pode-se destacar que

O ritmo de reestruturação das empresas é gerado pelo grau de exposição do seu setor à concorrência internacional, determinado pelos fenômenos da globalização e abertura da economia. Em alguns setores, estes dois determinantes impõe um certo nível de produtividade, tecnologia e escala de produção muitas vezes inatingíveis, pelo menos no curto prazo, por empresas de capital nacional (DIEESE, 1996, p. 62).

Isto explicaria a quebra de empresas menores ou menos preparadas para enfrentar um ambiente de concorrência mais acentuada, considerando que a abertura comercial se deu de forma bastante rápida, não havendo tempo hábil para adequação prévia destas empresas, visando aumentos de competitividade que permitisse as mesmas fazer frente à concorrência.

Sobre os efeitos no mundo do trabalho, destaca-se o aumento do desemprego, maior heterogeneidade no mundo do trabalho, redução de benefícios, aumento da informalidade, aumento da jornada de trabalho, aspectos que melhor trataremos no capítulo 3 deste estudo.

As políticas econômicas da década de 1990 tiveram como um dos seus principais objetivos o combate à inflação, enquanto que as reformas estruturais do início dessa década foram de encontro ao processo de reestruturação produtiva e o acirramento do processo de globalização iniciados nos anos 1970 nos países desenvolvidos (FERRARI FILHO, 2003). Desta forma, seguindo o argumento em voga, o Brasil deveria inserir-se na economia globalizada, sendo que as reformas visavam aumentar a eficiência e a competitividade do setor produtivo nacional, até então acostumado a um ambiente econômico protegido.

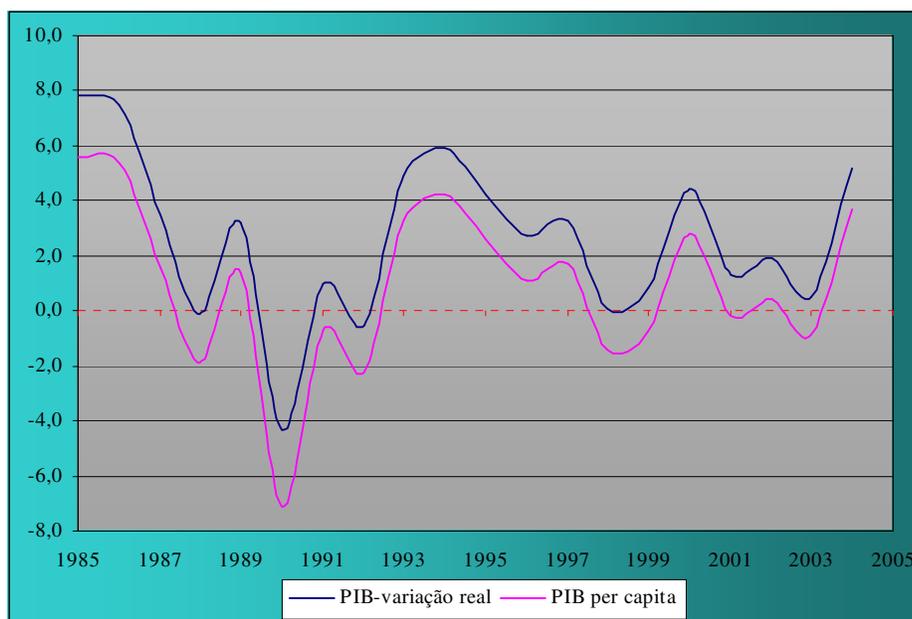
É neste contexto que é engendrado o Plano Real² que, embora tenha sido bem sucedido no controle da inflação, não obteve grandes sucessos em termos de desempenho da atividade econômica (FERRARI FILHO, 2003).

Isso pode ser observado a partir da evolução do desempenho do PIB no período. Como pode ser acompanhado no gráfico 1, embora o pior desempenho do produto concentra-se no início da década, o período pós Real não foi dos melhores. Foi registrado um pequeno salto em 1994 e 1995, com variação descendente nos anos seguintes, mantendo-se as taxas em patamares baixos de crescimento pelo restante da década. Os maiores níveis de crescimento econômico concentraram-se no período entre 1993 e 1997, época marcada pelos efeitos do Plano Real, sobretudo pelo aumento do consumo interno de bens duráveis (OLIVEIRA, 2003)

² O Plano Real foi concebido a partir do diagnóstico de que a inflação brasileira era causada pela presença generalizada de contratos indexados e do elevado déficit público. A implementação do Plano se deu em três fases: 1) ajuste fiscal, com vias a equilibrar as contas do governo; 2) a desindexação da economia, com a criação da “Unidade Real de Valor” (URV) e; 3) a reforma monetária, com a introdução do Real como moeda de troca (FERRARI FILHO, 2003; BARROS de CASTRO, 2005; MERCADANTE, 1998).

Movimento similar foi observado para a variação real do PIB per capita. Em 1990, este era 7,1% menor que no ano anterior. Embora ele tenha crescido a partir de 1993, em 1999 o seu valor era menos de 1% superior ao valor registrado em 1989. Nestes dez anos, a evolução do PIB se deu praticamente na mesma ordem do crescimento populacional, ficando o PIB per capita praticamente o mesmo nos dois momentos (BC, 2004).

Gráfico 1: Variação real do PIB e variação real do PIB per capita. Brasil, 1985 a 2004.



Fonte: BC - Relatório anual 2004

Conquistada a estabilidade de preços, passou a crescer o desequilíbrio externo e a se acentuar a crise fiscal (GIAMBIAGI, 2005). O desequilíbrio era causado pelo aumento das importações, aliado ao menor desempenho das exportações, e pelo endividamento. No gráfico 2 destaca-se a relação entre as importações e exportações. Nota-se que até 1994 as exportações ainda superavam as importações, processo que se inverte no ano seguinte, passando a se consolidar forte tendência de elevação das importações e relativa estagnação das exportações. O resultado foi o acúmulo de déficits na balança comercial.

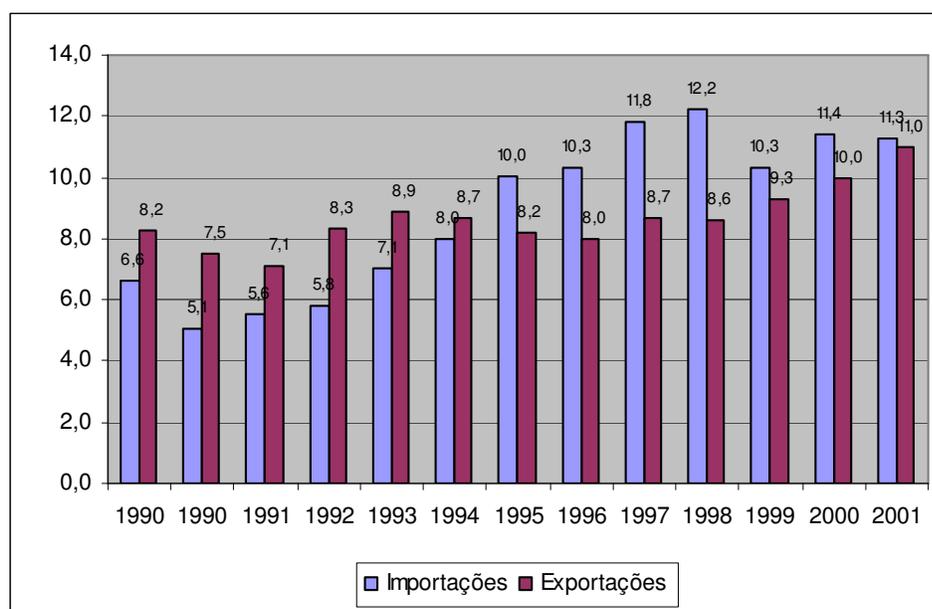
Arienti & Campos (2005), explicam que

A ampliação do déficit da balança comercial, produzido pela abertura comercial e a política de sobrevalorização cambial (na primeira metade da década), passou a ser financiada com a entrada de capitais especulativos de curto prazo, fluxos de investimento em bolsas de valores, investimentos diretos e aquisições de empresas

brasileiras. A premissa básica desse modelo que nos levou ao uso exagerado do endividamento externo era de que a inserção nesse sistema de finanças globalizadas poderia garantir recursos privados contínuos e permanentes ao país, eliminando as restrições externas ao crescimento (p.18).

No período pós-real, o crescimento econômico foi comprometido pelas políticas econômicas implementadas – marcadamente as políticas monetária e cambial, sustentáculos do Plano (que seriam alteradas no final da década). A economia brasileira permaneceu vulnerável e dependente no final dos anos 1990, devido ao substancial aumento do endividamento e à menor margem de manobra do Estado, devido ao fracasso de privatizações e de desregulamentações estatais.

Gráfico 2: Evolução das importações e exportações como proporção do PIB. Brasil, 1990 a 2001.



Fonte: CEPAL, 2002.

Os efeitos deste conjunto de mudanças ao qual foi submetida a Nação apresentam-se de diversas formas, desde a exacerbação de problemas de ordem sócio-cultural, com aumento das desigualdades, aumento da pobreza, aumento da criminalidade urbana e a perda de referências de ordem cultural, até afeitos específicos no mundo do trabalho.

Sobre este aspecto, Mercadante (1998), afirma que “a desarticulação de parte da indústria e da agricultura e a própria reestruturação baseada fundamentalmente nas importações elevaram os níveis de desemprego” (p. 157).

Neste sentido, o resultado das mudanças por que passou a economia brasileira na década de 1990 significou duro golpe no mundo do trabalho. O baixo desempenho do PIB, baixos níveis de investimento no setor produtivo, o processo de reestruturação das empresas fez crescer o desemprego e formas de emprego mais precárias, a partir da terceirização, sub-contratação, multi-funcionalidade, etc. (LINS, 1998).

Na medida em que o processo de globalização se intensifica, seus efeitos foram sendo sentidos no mundo do trabalho. Os efeitos mais evidentes foram o aumento das taxas de desemprego aberto, a piora das condições de trabalho, o surgimento de novas formas de uso da força de trabalho e as mudanças institucionais, estas, em sua maioria, não vantajosas para os trabalhadores. Estes aspectos merecem melhor detalhamento, não somente para a economia brasileira, mas em âmbito mundial.

CAPÍTULO 3 – O MUNDO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

Com a emergência das mudanças estruturais, fruto do intenso processo de reestruturação pós década de 1970 e o acirramento da internacionalização e globalização, a força de trabalho passa a ter novos usos, passando o mundo do trabalho por modificações substanciais.

Neste capítulo destacam-se as principais tendências do mundo do trabalho nas últimas décadas, com ênfase em aspectos como a redistribuição dos trabalhadores entre os setores primário, secundário e terciário da economia; o aumento do desemprego e formas precárias de ocupação e a flexibilização e mudanças institucionais e na representação da classe trabalhadora.

O capítulo organiza os aspectos acima elencados, além de fazer uma análise específica sobre o mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas. Dessa forma, a primeira seção apresenta os aspectos mais gerais para a compreensão das mudanças em curso no mundo do trabalho; a segunda seção trata da temática do desemprego; a terceira seção discute a flexibilização e as formas de regulação do trabalho e aspectos das mudanças institucionais e da representação sindical e a quarta seção analisa o mercado de trabalho brasileiro à luz dessas mudanças em curso.

3.1 Para uma introdução ao debate sobre o mundo do trabalho

O padrão produtivo que se disseminou a partir da década de 1970, apoiado em um novo paradigma tecnológico, promoveu importantes mudanças no mundo do trabalho, na medida em que a força de trabalho deveria se adequar a novos métodos de produção e a necessidade de maior produtividade e menores custos de produção no âmbito das empresas, para se fazer frente à concorrência que se acirrava num marco de globalização econômica. Dessa forma, ocorrem mudanças na composição do emprego segundo o gênero, nível educacional, condição de ocupação e distribuição intersetorial.

No debate atual sobre as questões relativas ao mundo do trabalho, despontam explicações e delineia-se sugestões para se superar o quadro de desestruturação e crise do trabalho. Um dos caminhos mais comuns trilhados nos últimos anos têm sido as reformas realizadas no modo de funcionamento dos mercados de trabalho e na forma como os estados nacionais interferem neste mercado. Para tanto dissemina-se políticas de flexibilização de leis trabalhistas e das relações de trabalho de modo geral, dentre inúmeras medidas que visam melhor adaptar o “insumo” trabalho às necessidades produtivas emergentes.

Neste sentido, uma interpretação dos processos em curso aponta para uma relação dicotômica de exclusão e inclusão no mundo do trabalho, usada recorrentemente nas análises dos mercados latino-americanos (POCHMANN, 2002; WELLER, 2001). Estes dois movimentos, de exclusão e inclusão, são diretamente afetados pelas características da demanda e da oferta de trabalho, bem como pelos processos tecnológicos e organizacionais, resultantes dos esforços de reestruturação empreendidos nas últimas décadas do século XX.

As condições de oferta apresentam-se de forma bastante heterogênea, com diversas características educacionais, de gênero, de experiência prévia, dentre inúmeras especificidades individuais dos trabalhadores. Já a demanda é determinada pelas necessidades do processo produtivo, que exige certas características dos trabalhadores. Por conta disso, a combinação das características de oferta com as da demanda determinam o grau de exclusão de um conjunto de trabalhadores, por um lado, e a inclusão em condições vantajosas (de salários e outros benefícios) de outro contingente de trabalhadores, este melhor preparado para atender às necessidades demandadas (WELLER, 2001), de outro.

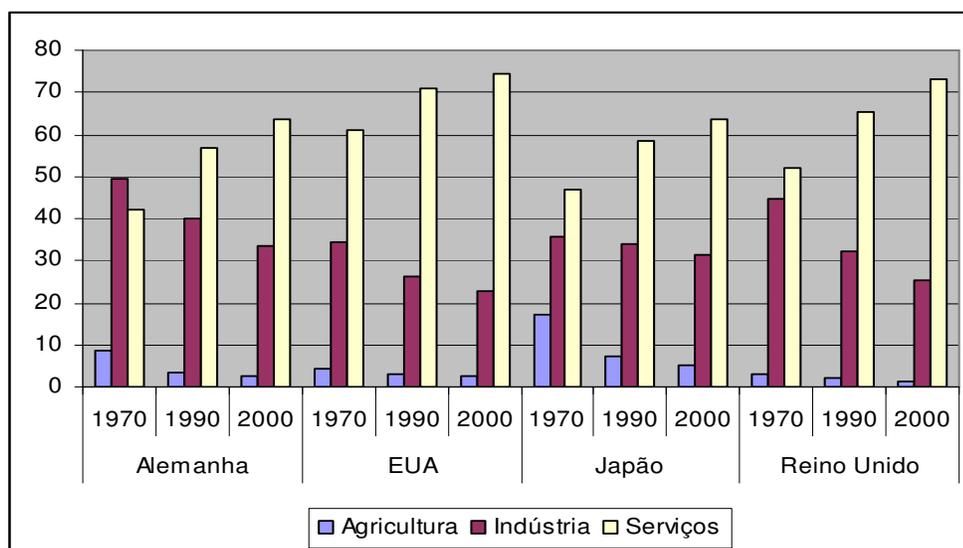
Neste movimento dicotômico, as mudanças tecnológicas e os novos métodos de organização do trabalho (sob a produção flexível, terceirização, subcontratação, controle de qualidade total, kanban, just in time, gerência participativa, sindicalismo de empresa, etc), tem papel importante, na medida em que se criam novos postos de trabalho, novas profissões ou mesmo fazem surgir novos ramos de produção, ao mesmo tempo em que se eliminam velhas funções, profissões, além da substituição de postos de trabalho por máquinas.

Em âmbito mundial, as ocupações cresceram de forma distinta, influenciadas pelos fatores acima citados. Um dos movimentos mais visíveis das transformações em curso refere-se à re-distribuição ocupacional entre os diferentes setores da atividade econômica. Como ilustração, o gráfico 3 traz a evolução da distribuição das ocupações entre os três grandes setores da economia (primário, secundário e terciário), em quatro países desenvolvidos para os anos de 1970, 1990 e 2000.

O movimento é similar para os quatro casos. As atividades primárias e secundárias perdem expressão, frente a um expressivo crescimento do setor terciário. Como explica Weller (2001),

(...) En los países industrializados la expansión del sector terciario generalmente es vista como señal de evolución de la estructura productiva y de la sociedad en general. Por lo menos desde la discusión sobre la sociedad post industrial (...), se ha planteado que con el desarrollo de la ciencia y la tecnología se reduce la proporción de trabajadores manuales y no calificados y la mayor parte de la fuerza laboral produce bienes no tangibles. El conocimiento llegaría a ser el factor principal para el crecimiento económico, y la educación y la calificación profesional serian elementos claves para el bienestar individual y el ascenso social (p. 27).

Gráfico 3: Evolução da estrutura ocupacional em países e anos selecionados.



Fonte: OCDE

Para Pochmann (2002), este movimento ocorre também na América Latina, de maneira diferente após a década de 1970, se comparado este período, ao imediato pós-guerra. Neste, ocorre profunda alteração da estrutura produtiva nos países latino-americanos (não de maneira homogênea), em que em ambos os períodos as condições de exclusão e desigualdade social se mantiveram, foram observadas a modernização da estrutura econômica e a constante elevação dos empregos nas atividades secundária e terciária. Já no período pós década de 1970 ocorreu um movimento generalizado de precarização do mercado de trabalho, com a redução na capacidade de gerar empregos, com piora no padrão de uso e subutilização da força de trabalho.

De modo geral, no capitalismo contemporâneo, como salienta Dedecca (1997), o sistema de relações de trabalho sofre transformações, evidenciando-se a maior liberdade das empresas na determinação de jornadas de trabalho, limites mais tênues de uso e remuneração do trabalho, fragilização do poder de negociação dos trabalhadores; e importantes mudanças no papel dos estados nacionais na regulação dos mercados de trabalho.

Este aspecto ocupa posição de destaque na compreensão das mudanças em curso. O Estado, até meados dos anos de 1970, exercia, na maior parte das nações e com peculiaridades em cada nação, papel de regulador e avalizador das relações capital/trabalho (DEDECCA, 1997). No período de acirramento da globalização econômica, as funções de estabelecer as “regras do jogo”, ou seja, criar as regras de funcionamento do mundo do trabalho e a sua efetiva aplicação, passaram a depender da negociação direta entre as partes. Neste sentido,

Pode-se entender, portanto, que a demanda para que o Estado reduzisse o grau de regulação das relações de trabalho complementava o processo de flexibilização requerido pelas empresas. Se, por um lado, estas consideravam necessária a eliminação ou uma forte redução das normas públicas de controle sobre os processos de demissão e contratação de mão-de-obra, de limitação de trabalho em tempo parcial e temporário, de determinação das políticas salariais (...), por outro, elas fizeram pressão para que os Estados reduzissem também os encargos sociais (DEDECCA, 1997, p. 143).

Estas medidas, porém, atacam unicamente fatores internos ao mercado de trabalho, considerando como estáticos quaisquer outras variáveis, como aspectos gerais das economias nacionais onde disseminam-se políticas neoliberais que desconsideram cenários alternativos ao modelo imposto pelo processo de globalização (POCHMANN, 2002).

Numa perspectiva bastante centrada sobre os fatos que vem ocorrendo nos países industrializados, uma linha de discussão remete-nos ao que Rifkin (2004) chamou de “o fim dos empregos”. Para este autor, as reformas que vem sendo realizadas no âmbito do mercado de trabalho não deverão significar sucesso, no sentido da retomada do crescimento do emprego. Estas reformas (flexibilização de relações, novos modos de regulação), não atacam as verdadeiras causas do problema, já que a modernização tecnológica em curso desponta como a principal causa do desemprego.

Num mundo onde não somente a força física do homem, mas também atividades intelectuais cada vez mais são substituídas por máquinas, torna-se possível produzir com menos trabalhadores. Como explica Rifkin (2004),

Enquanto as primeiras tecnologias substituíram a força física do trabalho humano, trocando a força muscular por máquinas, as novas tecnologias baseadas no computador prometem substituir a própria mente humana, colocando máquinas

inteligentes no lugar dos seres humanos em toda a escala da atividade econômica (p.5).

No período característico da globalização econômica, a relação tecnologia versus mundo do trabalho parece estar se alterando. A busca por aumentos de produtividade não deveria significar problema para o emprego. Embora a introdução de novas tecnologias possa implicar em destruição de funções, profissões, e mesmo setores produtivos, levando, conseqüentemente eliminação de postos de trabalho, ela tenderia a criar novas profissões e empregos relacionados com as novas tecnologias utilizadas, num processo “Shumpeteriano” de destruição criadora (DIEESE, 1996).

Ocorre que, no período da globalização econômica, esta relação se tornou menos vantajosa para o mundo do trabalho. Delineia-se um cenário de relativo crescimento, prosperidade econômica e avanços técnicos no mundo industrializado, sem crescimento equivalente do emprego, o que resulta em significativa elevação do desemprego (RIFKIN, 2004).

Os movimento pró-reengenharia nas empresas ganharam força nas últimas décadas, em que para se alcançar maiores índices de produtividade disseminaram-se o uso de novas tecnologias e um conjunto de novos processos no ambiente de trabalho, novas técnicas gerenciais e usos mais flexíveis e eficiente do “insumo” trabalho.

Neste sentido, os ganhos de produtividade poderiam significar redução de horas de trabalho, e não o puro e simples desemprego, liberando o trabalhador para atividades alternativas, como o lazer. Porém, “(...) as mesmas forças tecnológicas poderiam levar facilmente ao crescente desemprego a e uma depressão global. Caso seja um futuro utópico ou não que nos aguarda, depende muito de como os ganhos de produtividade na Era da Informação serão distribuídos” (RIFKIN, 2004, p.13).

A partir desta visão também se podem vislumbrar possibilidades de se superar a crise do mundo do trabalho. Por um lado, o crescimento das ocupações em novos setores (terceiro setor, sociedade civil, e setores ligados às altas tecnologias), por um lado e, por outro lado, o crescimento econômico, como saída tradicional, se superasse os ganhos de produtividade, aliado a políticas de redução das jornadas de trabalho, dentre outras medidas, resultaria em aumento do emprego (MATTOSO, 1998; POCHMANN, 2002).

Para Antunes (2002), porém, não é possível pensar um mundo sem trabalhadores. O autor reafirma a centralidade do trabalho no processo produtivo, em que a busca incessante por ganhos de produtividade e aumentos da parte constante do capital relativamente ao capital

variável, não significa alcançar, sob o capitalismo, um mundo sem trabalhadores. É do trabalho que depende a reprodução do capital, sendo que “a articulação entre trabalho vivo e trabalho morto é condição para que o sistema produtivo do capital se mantenha” (ANTUNES, 2002, p. 120).

O autor faz a defesa da teoria do valor-trabalho, formulada por Marx, em que na lógica do capital a ciência não pode transformar-se na principal força produtiva (como, de certa forma, é defendido por Rifkin), já que está submetida à base material das relações entre capital e trabalho. Esta lógica de reprodução do capital implica na produção de valores de troca, “profundamente vinculadas aos condicionantes sociais do sistema de capital, a ciência e a tecnologia não têm lógica autônoma e nem um curso independente, mas vínculos sólidos com o seu movimento reprodutivo” (ANTUNES, 2002, p.122).

De acordo com esta perspectiva, a redução do emprego, aumento do emprego precário (tempo parcial, trabalho temporário, etc) e o aumento do “trabalho intelectual” na empresa moderna seriam fortes exemplos da manutenção do trabalho como força central no processo de produção e reprodução capitalista (ANTUNES, 2002).

Um certo “determinismo tecnológico”, que levaria a um mundo sem trabalho, ao menos sob o capitalismo, ainda parece utopia. Segundo esse autor,

(...) a principal mutação no interior do processo de produção de capital na fábrica toyotizada e flexível não se encontra, portanto, na conversão da ciência em principal força produtiva que substitui e elimina o trabalho no processo de criação de valores, mas sim na interação crescente entre trabalho e ciência, trabalho material e imaterial, elementos fundamentais no mundo produtivo (industrial e de serviços) contemporâneo (ANTUNES, 2002, p. 124).

Esta maior interação entre trabalho e ciência, implica em um conjunto de novos processos no âmbito da produção e em uma realidade econômica em muitos aspectos adversa, em que elevados contingentes de mão-de-obra encontram-se sem ocupação ou subutilizados; o emprego assume características novas; e o sistema de organização do conjunto das sociedades sofre alterações, com o Estado perdendo força e as fronteiras nacionais sendo atenuadas pela globalização.

Não é possível reduzir os problemas do mercado de trabalho, portanto, a soluções internas a este mercado, como apregoado pela visão tradicional-dominante. Neste sentido, as possibilidades de reversibilidade do problema do emprego dependem de medidas que transcendem as próprias fronteiras do mundo do trabalho (DEDECCA, 1997; POCHMANN, 2002).

Nos tópicos seguintes, trataremos e aprofundaremos a análise sobre algumas das principais questões que compõe a problemática do mundo do trabalho na atualidade, priorizando a análise sobre os processos em curso.

3.2 O desemprego

A partir do final dos anos de 1970, o desemprego transforma-se em um problema estrutural, afetando todos os países desenvolvidos tornando-se em fenômeno mundial nas últimas décadas do século XX (DEDECCA, 1997; POCHMANN, 2002).

Neste sentido analisaremos a temática do desemprego sob três aspectos: 1) as questões de ordem geral e conceitual; 2) o desemprego aberto e sua evolução; e 3) aspectos da subutilização da força de trabalho e formas precárias de trabalho.

Nas últimas décadas tem se evidenciado um quadro de aumento da exclusão social, com a piora na condição de vida de elevado contingente da população mundial e acirramento das desigualdades em âmbito mundial, entre as nações e dentro de cada país (POCHMANN, 2002). Neste quadro, o desemprego, como expressão da exclusão do trabalho, em todas as suas variantes é aspecto mais visível dos processos em curso.

Para uma apresentação de ordem mais conceitual sobre desemprego, tomemos como ponto de partida a PEA – População Economicamente Ativa de cada nação. A PEA representa o contingente populacional apto ao trabalho. Deste contingente, não são todos os que participam das atividades produtivas. A proporção de pessoas aptas em situação de desocupação, ou seja, que não participa do processo produtivo, por excederem as necessidades do processo de produção, é classificada como desempregada.

A variação mais visível e mais facilmente medida do desemprego é o desemprego aberto. Na conceituação adotada por Pochmann (2001, p. 78), este “corresponde aos trabalhadores que procuram ativamente por uma ocupação, estando em condições de exercê-la imediatamente e sem desenvolver qualquer atividade laboral (...)”.

Variações menos visíveis da “exclusão” de mão-de-obra, e portanto do desemprego, são as diversas formas de subutilização da força de trabalho, do trabalho precário, e formas de sobrevivência instáveis e irregulares, do fazer “bicos” para sobreviver, ou mesmo a desistência de se buscar emprego por desalento, ou seja, as formas de desemprego oculto

pelas condições precárias de trabalho e pelo desalento (DEDECCA, 1998; POCHMANN, 2001).

A taxa de desemprego, calculada segundo preceitos metodológicos nacionais, nem sempre permite a dimensão correta do fenômeno do desemprego. Outro aspecto importante sobre as taxas de desemprego refere-se à possibilidade de comparabilidade entre as nações. Para Mattos (2001), duas dificuldades principais tem que ser observadas no que se refere às taxas de desemprego. A primeira é que aspectos da subutilização da força de trabalho nem sempre são considerados, ou são considerados de forma diferente em cada país, impondo dificuldade na comparação das taxas, prejudicando, em parte, o dimensionamento do fenômeno em âmbito mundial.

O outro aspecto refere-se às diferenças e peculiaridades de cada mercado nacional de trabalho, o que representa mais uma característica a ser levada em conta na análise do desemprego em escala mundial.

Mesmo não permitindo uma comparação precisa do fenômeno do desemprego entre as nações, é possível acompanhar a evolução do fenômeno, e para isso utiliza-se preponderantemente a taxa de desemprego aberto que, como conceituada acima, é formada por trabalhadores que efetivamente estão buscando trabalho e encontram-se sem ocupação (MATTOS, 2001).

Pochmann (2001), ao estudar o desemprego aberto em escala mundial, identifica três diferentes padrões de desemprego relacionados às diferentes formas históricas de evolução das nações.

O primeiro padrão, segundo o autor, estaria relacionado com um conjunto de nações em que, pelo fato da maior parte da população ocupar-se em atividades do setor agropecuário, torna-se praticamente inexpressivo o desemprego aberto, já que abundam possibilidades de sobrevivência, via atividades de subsistência ou outras formas de “auto-reprodução” no meio rural.

Um segundo padrão estaria relacionado com um conjunto de nações de economias urbanizadas e com elevado contingente da PEA ocupada em setores industriais. Como já não estão presentes as estratégias de sobrevivência do campo, os desempregados destes países, se não estão protegidos por mecanismos de garantia de renda, experimentam queda nos seus padrões de vida e, como é comum nos países menos desenvolvidos, aventuram-se em ocupações precárias para sobreviver.

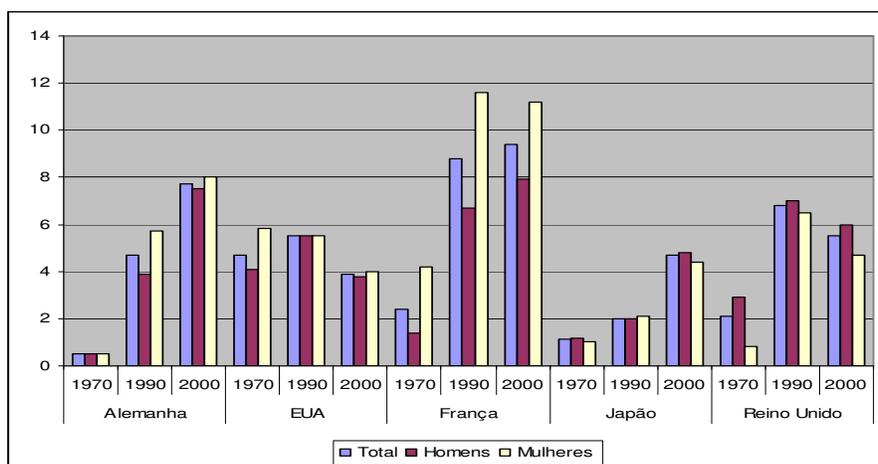
O terceiro padrão de desemprego aberto é associado a um conjunto de nações em que o setor terciário da economia apresenta maior desenvolvimento, destacando-se as atividades econômicas mais modernas. Nestes países goza-se de padrão de vida mais elevado, o que aliado à mecanismos de transferência de renda, amplia as possibilidades de ocupação nas atividades de serviços. Assim, o padrão de desemprego nestas nações encontra-se sob maior controle social e tornando-se mais fáceis as interferências estatais.

Para Dedecca (1997), a consolidação destas tendências de aumento do desemprego, nos países desenvolvidos, são fruto dos processos de racionalização econômica. Sobre o desemprego, “devemos ainda notar que não existem evidências claras de que a manifestação do fenômeno esteja relacionada a um maior ou menor grau de rigidez dos mercados de trabalho nacionais” (DEDECCA, 1997, p. 157).

Ainda segundo este autor, as reformas no modo de funcionamento do mercado de trabalho, com maior flexibilização destes mercados, não contiveram o crescimento do desemprego aberto, tendo, possivelmente, agravado o problema.

O gráfico 4 apresenta cinco dos principais países do mundo desenvolvido, observando-se que ocorre aumento do desemprego aberto no período pós 1970, exceto no Japão, que sofre elevação nas taxas somente após 1990. A partir deste ano, os EUA apresentam redução das taxas de desemprego aberto, movimento que em menor grau é observado também para o Reino Unido. As baixas taxas de desemprego de 1970, de modo geral, contrastam de forma significativa com as do ano 2000.

Gráfico 4: Evolução das taxas de desemprego em países e anos selecionados.



Fonte: OCDE

O desemprego aberto, porém, aumentou em âmbito mundial, a partir dos anos de 1970. O excedente estrutural de mão-de-obra cresceu de forma mais intensa nas nações não-desenvolvidas, configurando-se um movimento de concentração do desemprego aberto nestas nações. Segundo dados de Pochmann (2001), considerados os países desenvolvidos, nestes a taxa de desemprego aberto era de 4,4% em 1975, chegando a 6,18% em 1999. Já para os países não-desenvolvidos, as taxas eram de 1,79% em 1975 e 5,35% em 1999. “Em 1999, as nações não-desenvolvidas foram responsáveis por 79,4% do desemprego aberto no mundo, enquanto em 1975 a participação era de 59%. Por consequência, o conjunto das nações desenvolvidas teve sua participação relativa reduzida de 41%, em 1975, para 20,6%, em 1999” (POCHMANN, 2001, p. 87).

Embora ocorra o desemprego causado por aspectos mais conjunturais, é largamente aceito que o desemprego, nas últimas décadas manifesta-se de forma estrutural (DEDECCA, 1997; POCHMANN, 2001; RIFKIN, 2004). Se é desemprego tecnológico, ou advindo dos programas de racionalização econômica e avanço das políticas neoliberais, este manifesta-se de formas diversas, porém com características estruturais.

Além do desemprego aberto, o trabalho precário e todas as formas “ocultas” de desemprego, indicam as diversas formas de expressão das fragilidades do mundo do trabalho, tornando-se o desemprego fenômeno bastante heterogêneo, afetando as ocupações e pressionando por maiores desigualdades e aumento das ocupações precárias (DEDECCA, 1997).

Deste modo, a dicotomia entre emprego e desemprego foi dando lugar a um caleidoscópio de situações ocupacionais, no qual o emprego em tempo integral e com proteção social e o desemprego aberto tornam-se manifestações cada vez mais representativas das condições de funcionamento dos mercados de trabalho nacionais. Esse caleidoscópio sintetiza-se em uma maior desigualdade salarial, revertendo por completo a tendência de homogeneização social que havia caracterizado os países desenvolvidos durante o longo período de crescimento do pós-guerra (DEDECCA, 1997, p. 191).

Trabalhos em tempo parcial, terceirização, não-remunerados e uma gama de outras formas menos “estruturadas” de inserção no mercado de trabalho compõe o desemprego oculto que ainda carece de melhor dimensionamento, mas desponta como tema de elevada relevância do mundo do trabalho. O crescimento destas condições de atividade desenham um cenário desalentador para o futuro do emprego e um importante desafio para as sociedades modernas. Como será detalhado a seguir, as estratégias de flexibilização tendem a privilegiar estas formas mais frágeis de emprego.

3.3 Flexibilização das relações de trabalho.

O processo de flexibilização das relações de trabalho, aumento do desemprego e as mais diversas e adversas formas de ocupações, como assinalamos anteriormente, aliadas ao conjunto de processos engendrados na globalização econômica em curso, pressionam pela redução dos mecanismos de regulação do mercado de trabalho, por um lado, e pelo estabelecimento de novas formas de regulação do mercado de trabalho, por outro.

Para Abramo (2000), dois “discursos” sobre a flexibilidade ganharam força nas últimas décadas. O primeiro entende flexibilização como desregulação³. Sob esta perspectiva, as restrições à livre negociação no mercado de trabalho deveriam ser completamente eliminadas, como condição básica para a competitividade das empresas – via redução dos custos do trabalho. A autora completa:

En esta visión, el Estado debería retirarse al máximo de la relación entre los principales agentes de la producción (empresarios y trabajadores) y promover la eliminación de instituciones y regulaciones protectoras que estarían distorsionando la ‘libre asignación de ese factor’ (ABRAMO, 2000, p. 7).

Ainda sob esta perspectiva, a rigidez do mercado de trabalho – dos altos custos salariais e não salariais, mecanismos legais de proteção do emprego e sindicatos fortes – seria a principal causa dos problemas enfrentados no mundo do trabalho, como as altas taxas de desemprego, por exemplo, diagnósticos recorrentes sobretudo nos países europeus (MATTOS, 2001).

O segundo discursos apresentado por Abramo (2000), defende que os problemas do mercado de trabalho e o aumento da competitividade das empresas não sejam enfrentados com desregulação, mas sim com a criação de novas formas de regulação, já que deveria ser evitada a baixa nos padrões de emprego e se deveria buscar além do mercado de trabalho, alternativas para a retomada do emprego.

³ A desregulação significa a eliminação, ao máximo, das restrições à livre negociação, no âmbito do mercado, das relações de trabalho. As restrições legais e a tutela do Estado deveriam ser eliminadas, ficando as partes diretamente envolvidas no processo produtivo, as empresas e os trabalhadores, livres para estabelecerem as condições de contratação, os rendimentos e as condições de trabalho (ABRAMO, 2000).

O seu oposto, a regulação do mercado de trabalho, pode ser entendida a partir da relação de dois processos: um processo de estruturação do mercado de trabalho, fruto do avanço das relações capitalistas em determinada sociedade; e um processo de regulamentação e mediação destas relações, através de Leis e instituições marcadamente o Estado (CARDOSO JR., 2001).

Como defendem Mattoso&Baltar (1996),

(...) depois de duas décadas de aplicação destas políticas e resultados pífios em termos de crescimento econômico e do emprego, têm-se ampliado as avaliações críticas deste processo e considerado, também, a necessidade de indivíduos, empresas, Estados e organismos internacionais buscarem novos mecanismos públicos e negociados de regulação capazes de romper com esta dinâmica medíocre (p. 4).

Nos países europeus, a partir da observação de que as políticas liberalizantes implementadas no mercado de trabalho não estavam surtindo os efeitos esperados, inicia-se o debate (em muitos momentos polemico) sobre alternativas, como a redução da jornada de trabalho, limitação das horas extras, dentre outras medidas (ABRAMO, 2000; RIFKIN, 2004).

Segundo Mattos (2001), ao analisar os fatores de flexibilização nos países desenvolvidos, verificou-se que não foram muito expressivas as mudanças na legislação trabalhista. Houve, porém, flexibilização da legislação e, portanto, abrandamento na legislação referente a novas formas de contratação, como o trabalho temporário. O autor observa, a partir da análise de um conjunto de indicadores, que em paralelo às mudanças nos preceitos legais que orientam as novas formas de contratação, ocorreu o aumento de atividades laborais precárias, diminuição do poder de barganha dos trabalhadores e a redução de benefícios historicamente conquistados, além da estagnação ou mesmo redução dos rendimentos reais, sem uma contrapartida de redução do desemprego.

Na América Latina, há uma maior identificação dos agentes (empresas e Estados) com as idéias de flexibilização com máxima desregulação (e a própria desregulamentação) dos mercados de trabalho. Permanece a necessidade de se discutir a fundo a questão, para que se possam definir novas formas de regulação ou o estabelecimento de limites para o processo de flexibilização (ABRAMO, 2000).

A flexibilização com desregulação dos mercados de trabalho, observadas nas últimas décadas não conteve a elevação das taxas de desemprego e tão pouco permitiu a retomada do crescimento econômico. Além disso, a flexibilização resultou em crescimento da “precarização das condições de trabalho e em aumento das desigualdades dentro dos mercados de trabalho nacionais” (MATTOS, 2001, p. 206). Por conta disso vem se debilitando de forma generalizada os sindicatos em muitos países do mundo, em que ocorre a redução dos trabalhadores sindicalizados.

Num período de intensa heterogeneização da força de trabalho e com a sua redistribuição setorial marcados pelo crescimento das atividades de serviço, crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, estratégias empresarias de redução de custos, aumento da informalidade e diversas formas de trabalho precárias e não tradicionais e maior presença de empresas de menor porte, os sindicatos passam dificuldades para incorporar estes novos contingentes de trabalhadores, defrontando-se com desafios cada vez maiores (ANTUNES, 1999).

3.4 O mundo do trabalho brasileiro: aspectos gerais

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil se deu sob uma estrutura social concentradora de renda e geradora de desigualdade social. Na sua formação histórica, o Brasil avançou na modernização de seu parque produtivo, sofreu intenso processo de urbanização e deixou por resolver questões centrais para o seu desenvolvimento, como a questão agrária, do trabalho e, problema mais recente, a questão urbana – problema que ganha expressão na medida em que aumenta a violência urbana e a ocupação do solo.

O foco deste trabalho são as questões relacionadas ao mundo do trabalho, as quais não podem ser entendidas deslocadamente do contexto social mais amplo. A seguir analisamos alguns aspectos importantes do comportamento do mercado de trabalho no Brasil, ligados ao modelo geral de desenvolvimento adotado pelo país, sem esquecer, todavia das “questões mal resolvidas” e da matriz histórica determinante de muitos dos movimentos que afetam este mercado, a partir dos anos de 1970.

Em muitos aspectos, é possível identificar no mercado de trabalho brasileiro tendências que, em menor ou maior grau, são perceptíveis em âmbito mundial. Embora não tenha alcançado os níveis de estruturação observados em países desenvolvidos – mesmo porque este processo aqui se deu apoiado em base social de elevada heterogeneidade -, o mercado de trabalho brasileiro até meados dos anos de 1980 foi marcado por constante elevação dos níveis de assalariamento, proteção estatal, com avanço da regulamentação e baixas taxas de desemprego aberto (CARDOSO JR., 2001).

Os limites alcançados neste período pelo modelo de desenvolvimento por substituição de importações, a crise iniciada no início da década de 1980 e a adoção de um conjunto de

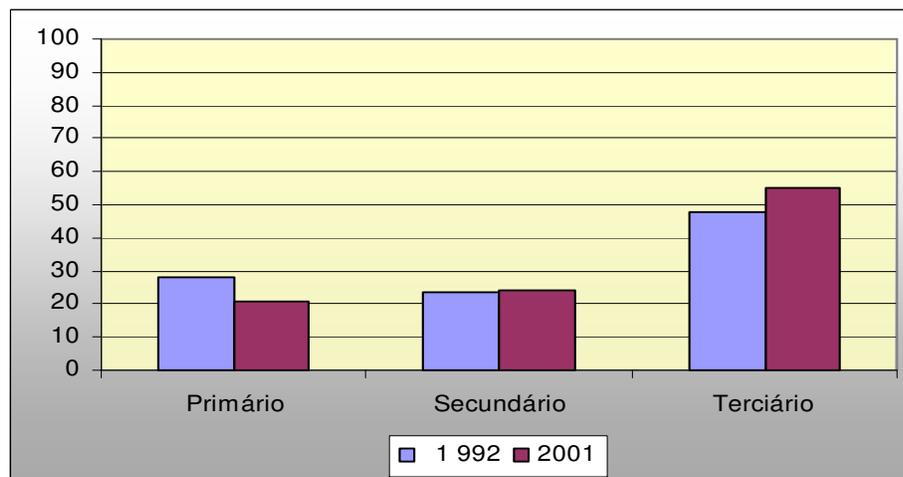
medidas de ajustes macroeconômicos, afetaram negativamente o mercado de trabalho. A crise da economia (com elevada inflação e tentativas frustradas de seu combate) abriu caminho para a implementação, no início da década seguinte do modelo neoliberal no Brasil.

Por conta disso, o Estado tem diminuído seu poder de “orientador” e fomentador do desenvolvimento nacional, fato que no mercado de trabalho vai se refletir de duas maneiras principais: a primeira é o gradativo abandono por parte do Estado de políticas de estímulo à geração de empregos e, a segunda, é o também gradativo afrouxamento na regulação (e mesmo da regulamentação) do mercado.

A partir dos anos de 1980 o setor secundário da economia, até aquele momento o mais dinâmico, começa a estagnar e, conseqüentemente a contratar menos. O setor primário manteve, mesmo que em menor grau sua tendência de queda do número de trabalhadores, ao passo que o setor terciário sofre um inchamento, movimento que é acompanhado pelo aumento do desemprego e a geração de ocupações menos protegidas e em condições mais precárias (POCHMANN, 2002).

Na década de 1990, como é possível observar no gráfico 5, esta tendência se mantém, chegando o setor terciário, tradicionalmente caracterizado por atividades mais heterogêneas, a concentrar mais de 50% da PEA ocupada em 2001. As ocupações no setor secundário se mantêm nos mesmos patamares e as atividades primárias seguiram no sentido da menor ocupação de mão-de-obra.

Gráfico 5: Evolução da estrutura ocupacional no Brasil. Brasil, 1992 e 2001.



Fonte: PNAD

O rápido impulso à reestruturação, resultado da abertura comercial e financeira e implantação do modelo neoliberal no país implicou em baixo crescimento econômico, desaceleração na abertura de vagas no setor industrial e a escalada do desemprego (POCHMANN, 2002a).

Para se observar as condições em que se desenvolveram estes movimentos, apresentamos na tabela 1 a evolução da PIA, PEA, PNEA, da condição de ocupação e do desemprego no período de 1992 a 2001. Como é possível observar, a população em idade ativa variou 22% no período. A população não economicamente ativa acumulou uma variação de 25,7%, enquanto a PEA variou 20%.

Chama atenção a comparação da variação anual média dos ocupados e dos desocupados. Enquanto o contingente da PEA ocupada cresceu a uma taxa de 1,7% ao ano, o contingente sem ocupação aumentou 6,2% ao ano no período. A aceleração expressiva dos desempregados também foi acompanhada por mudanças na composição dos ocupados.

Observa-se no período um comportamento distinto para as diferentes categorias ocupacionais. O trabalho doméstico sofre variação positiva de 36,4% no período. Também com elevada aceleração, a categoria empregadores variou 33,4% e os conta própria 19,6%. Enquanto isso, os não remunerados diminuíram em 17,9% entre 1992 e 2001.

Tabela 1: Evolução da População em Idade Ativa, da Não Economicamente Ativa, da Economicamente Ativa e da condição de ocupação e do desemprego. Brasil, 1992 e 2001.

População	1992	2001	% a.a.	Var. % do período 1992-2001
PIA	113722084	138.859.293	2,2	22,1
PNEA	43682705	54.890.348	2,6	25,7
PEA	69969210	83.951.777	2,0	20,0
Ocupados	65395491	76.098.344	1,7	16,4
Trab. Domésticos	4356000	5.942.892	3,5	36,4
Empregador	2406741	3.211.421	3,3	33,4
Conta própria	14195583	16.972.424	2,0	19,6
Próprio uso e consumo	3366634	3052371	-1,1	-9,3
Não remunerados	6848893	5.625.155	-2,2	-17,9
Sem declaração	434	3.447	25,9	694,2
Assalariados	34221206	41.290.634	2,1	20,7
Com carteira	19360003	22.376.749	1,6	15,6
Militares e func públicos	3972072	4.913.173	2,4	23,7
Sem carteira	10868542	13.994.972	2,8	28,8
Sem declaração	20589	5.740	-13,2	-72,1
Desocupados	4573719	7.853.433	6,2	71,7

Fonte: PNAD

Para os assalariados, embora tenham sofrido incremento de 20,7% no período, é importante salientar que a maior contribuição foi dos assalariados sem registro em carteira, portanto em condições menos protegidas de emprego. Enquanto as ocupações com registro em carteira cresceram a uma taxa média anual de 1,6%, os sem carteira cresceram 2,8% ao ano, entre 1992 e 2001.

Para a análise do comportamento do mercado de trabalho, no conjunto destes dados é interessante observar também que o contingente subutilizado da força de trabalho (formado por desempregados, não remunerados e trabalhadores por conta própria) mantêm-se, no período, na faixa dos 36% da PEA. De modo geral, o conjunto das ocupações atípicas (marcadamente os assalariados sem registro e demais ocupações não protegidas, como conta própria, pequenos empregadores, etc) apresentou melhor desempenho no período.

Para Pochmann (2002), já na década de 1980 se consolidou uma tendência de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, ocorrendo a redução do assalariamento e a maior participação das ocupações menos organizadas, tradicionalmente expostas à condições mais precárias de atividade.

Já para Cardoso Jr. (2001), além da maior participação das ocupações atípicas no conjunto da PEA, ocorreu, sobretudo nos anos de 1990, um relativo descolamento da evolução do mercado de trabalho dos ciclos da economia medidos pelo PIB.

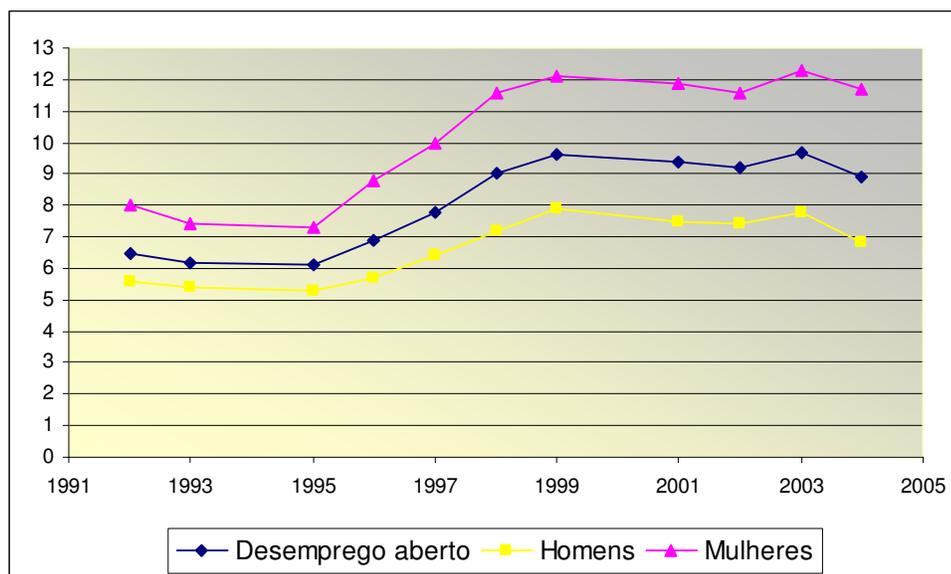
Segundo esse autor, a abertura comercial e os constrangimentos macroeconômicos, por um lado, forçaram a maior racionalização do trabalho, num marco de reestruturação produtiva. Por outro lado, ocorreu uma importante mudança na composição do emprego, com aumento das ocupações no setor terciário e a estagnação do secundário. Em meados da década, quando se esperava que o emprego acompanhasse a evolução do produto, que apresentou relativo crescimento, acentuou-se o problema do desemprego.

Dessa forma, neste momento o desemprego começa a despontar como um dos problemas mais graves da economia nacional. Saindo de taxas relativamente baixas de desemprego aberto no início da década, a partir de 1995 as taxas crescem de forma acelerada até 1999. A partir deste período mantêm-se em patamares elevados, registrando leves flutuações, como é possível acompanhar no gráfico 6.

Destaca-se o fato de o desemprego feminino superar de forma acentuada o desemprego masculino e o desemprego total no período. Como explica Cardoso Jr. (2001), este fenômeno pode ser entendido a partir da relação entre o contexto de retração da atividade

econômica e elevação da concorrência no lado da oferta de mão-de-obra e o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho.

Gráfico 6: Evolução das taxas de desemprego aberto no Brasil. Brasil, 1992 a 2004.



Fonte: PNAD

Dentre as causas principais do desemprego, o conjunto das transformações estruturais ocorridas nas últimas décadas em âmbito mundial, especialmente a reestruturação produtiva e os intensos avanços tecnológicos, ocuparia papel de destaque na determinação dos níveis de desocupação no Brasil. Além destes aspectos de ordem geral, os aspectos de ordem microeconômica, as condições de oferta de mão-de-obra e um cenário macroeconômico pouco propício à geração de empregos têm importantes implicações na determinação do desemprego (CARDOSO JR., 2001).

As características do desemprego também se alteraram. Como alertam Rodarte et al (2005), na década de 1990 ocorreu piora na condição de vida dos desempregados, por conta do aumento do tempo de duração da condição de desocupação, já que com o alargamento do tempo de procura de emprego, reduzem-se as fontes de renda dos desempregados. Além disso, segundo esses autores, com o maior tempo de afastamento do trabalhador das atividades profissionais, a sua destreza e a atualização às inovações de processo são gradativamente deterioradas.

Em resumo, o mercado de trabalho brasileiro da década de 1990 experimentou transformações importantes, em que se destacam a re-alocação setorial da força de trabalho

em favor do setor terciário, aumentaram as formas mais precárias de trabalho e a informalidade, estagnação dos rendimentos do trabalho e o aumento expressivo do desemprego aberto (CARDOSO JR., 2001).

Este quadro do mercado de trabalho brasileiro nos anos de 1990 insere-se em uma estrutura social marcadamente desigual, em que os benefícios, em termos de ganhos de produtividade obtidos com o processo de reestruturação produtiva vividos na década, penderam menos para o lado dos trabalhadores.

É neste contexto que está sendo analisado o mercado de trabalho catarinense, cuja dinâmica econômica acompanha os movimentos gerais da economia do país. Muitos dos efeitos dos processos em cursos se manifestam no estado de maneira diferente e com intensidade distinta, como é o caso dos efeitos devastadores da reestruturação industrial sentidos em setores mais tradicionais da economia estadual (LINS, 2000), ou mesmo movimentos mais suaves em relação ao que ocorre no Brasil de modo geral, como é o caso das taxas de desemprego aberto que em Santa Catarina foram bem menores que as verificadas nacionalmente durante a década de 1990.

CAPITULO 4 – A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE NOS ANOS DE 1990.

Este capítulo trata de questões específica de Santa Catarina. Na primeira seção será descrito, em linhas gerais, o processo de desenvolvimento histórico da economia de Santa Catarina.

A segunda seção discute a formação da estrutura produtiva do Estado e o seu processo de reestruturação pós 1990, visando identificar tendências que se conformam neste período e seus possíveis efeitos sobre o mundo do trabalho.

Por fim, a última seção analisa indicadores do mercado de trabalho catarinense para a década de 1990, com ênfase na evolução da população em idade ativa; na evolução da População Economicamente Ativa (PEA); nas principais características da PEA e sua distribuição setorial; jornada de trabalho; rendimento mensal; nível de escolaridade; e desemprego aberto.

4.1 Breves notas sobre a Economia catarinense

Guardadas as peculiaridades advindas de formação histórica singular, Santa Catarina segue tendência nacional no que se refere ao desenvolvimento econômico recente e as transformações por que passa a economia brasileira nas últimas décadas.

Diferentemente do que ocorreu nas regiões sudeste e nordeste do Brasil, o estado de Santa Catarina nasceu à margem do processo colonizador caracterizado pela produção com objetivo de exportar, servindo por muito tempo como área de passagem do gado que era levado dos pampas gaúchos para São Paulo (CEAG/SC, 1980). Como salientado no estudo do CEAG/SC (1980, p.48),

Santa Catarina, nos dois primeiros séculos de sua ocupação servia mais à sustentação e defesa do sistema colonial do que à produção colonial. Seu excedente se destinava a suprir o centro exportador colonial e à manutenção da tropa e administração.

É a partir de meados do século XIX, com a intensificação do processo de imigração que o estado ganha mais destaque no cenário nacional. Firmam-se colônias apoiadas na pequena propriedade fundiária, uma das mais importantes características da formação econômico-demográfica de Santa Catarina. Também fruto do modelo de ocupação do solo, cria-se uma estrutura econômica diversificada e distribuída de forma distinta pelas diferentes regiões do estado. Até meados da década de 1950, porém, a base da economia catarinense é predominantemente agrícola e de exploração de recursos naturais (CUNHA, 2001). Somente a partir deste momento é que o setor industrial vai ganhar força e transformar-se na locomotiva da economia do estado.

Como salienta Cunha (1992), as transformações por que passou a economia catarinense no período pós 1950 se deram de forma rápida, mudando significativamente a estrutura setorial do sistema produtivo. Segundo o autor, o setor industrial dobrou sua participação na economia do estado em duas décadas, enquanto o setor primário registrava elevada queda de participação relativa.

O desenvolvimento da indústria, aliado à fatores como modernização do campo e intensificação do processo de urbanização, dará nova cara à economia catarinense. Por um lado, os setores industriais vão ocupar a dianteira na estrutura econômica do estado, enquanto, paralelamente, conformam-se pólos regionais de concentração populacional e de dinamização econômica como são as cidades de Chapecó no oeste do estado, Criciúma no sul e Joinville no norte, por exemplo.

A estrutura produtiva catarinense é marcada 1) pela formação e manutenção da expressiva participação do setor primário, com forte presença de agroindústrias e destacando-se no cultivo de produtos como maçã, cebola, alho, fumo, feijão, milho e arroz, dentre outros; 2) por um setor industrial bastante diversificado e competitivo e; 3) por um setor de serviços em expansão, especialmente na zona litorânea de Santa Catarina.

Quanto às diferenças regionais, destaca-se a maior participação do setor terciário na região litorânea, sobretudo na Grande Florianópolis; preponderância das atividades ligadas à indústria de transformação (setor secundário), nas regiões Norte e do Vale do Itajaí; e preponderância do setor primário no Oeste do estado (MATTEI, 1999).

O novo cenário a que foi submetida a economia catarinense na década de 1990, por conta da abertura comercial, estabilização do Plano Real e o já mencionado aumento da concorrência, vem provocando significativa mudança na estrutura produtiva do estado e, conseqüentemente alteração na dinâmica do mercado de trabalho (MATTEI & LINS, 2001).

Ganha força, por um lado, a busca de maior competitividade, através de aumentos da produtividade e redução dos custos, como forma de se manter no mercado (DIEESE, 1996). Por outro, ocorre a redução de postos de trabalho, fenômeno correntemente atribuído ao processo de reestruturação produtiva, através de aspectos como terceirização, introdução de novas tecnologias, precarização da relações de trabalho, etc (DIEESE, 1996).

Como observa Lins (1998, p.8), “(...), ao mesmo tempo em que possibilitou avançar na modernização de processos produtivos, a reestruturação contribuiu para tornar redundante parcela considerável da mão-de-obra diretamente empregada”. Segundo o autor, os trabalhadores que continuaram empregados experimentaram expressiva intensificação do trabalho, assumindo papel multifuncional, acumulando funções que antes eram separadas.

É sob esta base que se forma o mercado de trabalho catarinense. Apresentando características distintas para as diferentes regiões do estado, o mercado de trabalho catarinense é sensivelmente influenciado pelas políticas macroeconômicas que vem sendo implementadas no país, bem como pelas demais mudanças por que passa a economia brasileira nas últimas décadas.

Na próxima seção aprofundaremos questões pertinentes à estrutura produtiva do estado e ao processo de reestruturação e seus efeitos sobre o mercado de trabalho catarinense nos anos de 1990.

4.2 Mudanças produtivas e características do mercado de trabalho catarinense.

Estas transformações podem ser melhor entendidas a partir de duas diferentes fases do padrão de crescimento da indústria e do sistema produtivo como um todo. A primeira foi de meados dos anos de 1960 até o início da década de 1990.

Este foi um período em que se diversificou a base produtiva catarinense, com elevada expansão da indústria, expansão da infra-estrutura social básica, com elevados investimentos em energia e transporte, consolidação de um novo sistema de crédito e estratégias de fomento ao desenvolvimento industrial, tudo com participação efetiva do Estado (CUNHA, 1992; GOULARTI FILHO, 2003).

Segundo Goularti Filho (2003), “a mudança do padrão de crescimento em Santa Catarina só pode ser entendida, em primeira instância, pela mudança do padrão de

acumulação em nível nacional, que tinha como tripé básico o capital estatal, o externo e o nacional (a perna fraca)” (p.12).

O setor industrial passou a ser o motor da economia catarinense e esta se expandia com a presença efetiva do Estado, a partir dos seus órgão de planejamento e fomento, “pensando” e orientando investimentos e os rumos do desenvolvimento econômico catarinense.

Em meados dos anos de 1970 consolidou-se o complexo agroindustrial (CAI), intimamente ligado ao processo de modernização da agricultura, seguindo o movimento de homogeneização dos sistemas produtivos agrícolas mundiais engendrados no que se denominou “Revolução Verde” (MATTEI, 1998), com estímulos Estatais, sobretudo pela disponibilidade de crédito.

À conformação do CAI, soma-se a forte presença de grandes e médias empresas dos setores eletro-metal-mecânico, cerâmico, têxtil-vestuarista, papel e celulose, madeireiro, carbonífero, moveleiro, plásticos e porcelanas e cristais (GOULARTI FILHO, 2003), imprimindo a Santa Catarina uma estrutura produtiva bastante diversificada.

A segunda fase se inicia com o movimento de reestruturação produtiva em âmbito nacional na década de 1990, em que Santa Catarina experimenta mudanças estruturais significativas no seu sistema produtivo e conseqüências drásticas no mercado de trabalho.

De acordo com o estudo do DIEESE (1996, p.65), “o comportamento do emprego a partir de 1990, em boa medida responde às desastrosas iniciativas do Governo Collor, que combinou recessão com abertura da economia, levando o empresariado a um comportamento defensivo que destruiu postos de trabalho”. Neste sentido, a reestruturação produtiva ajuda a explicar as mudanças por que passou o mundo do trabalho catarinense na década de 1990.

Iniciativas como a introdução de máquinas mais modernas, a redução dos níveis hierárquicos, terceirização e racionalização do trabalho ganharam força neste período, em que os efeitos das políticas econômicas liberalizantes aliadas à menor participação do Estado na economia não devem ser desconsiderados.

Sobre os efeitos destes processos no mundo do trabalho, Mattei & Lins (2001) observam que ao mesmo tempo em que se modificaram as estruturas produtivas e organizacionais, “produziu-se um aumento brutal nas demissões” (p.37). Os autores completam:

Chama atenção, com efeito, o paralelismo entre o crescimento no número de teares sem lançadeira, mais modernos, e a dramática redução dos contingentes de

empregados ao longo dos anos 90, de acordo com os dados disponibilizados pelo Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do vestuário de Blumenau. A desvalorização cambial do início de 1999 fez cair a pressão das importações sobre as empresas e melhorou as condições para exportar. Mas o impulso que isso representa para o nível de atividade não há de significar recuperação no plano do emprego, pois, como se falou, as maiores empresas se reestruturaram consideravelmente (MATTEI & LINS, 2001, p. 37).

Por um lado, as empresas foram forçadas a se adaptarem a um novo ambiente concorrencial após a abertura comercial do início da década. Empreenderam, assim, grande esforço em ajustar seus parques produtivos para fazer frente à concorrência que se acirrava. Empresas de diferentes segmentos da indústria sofreram reestruturação patrimonial, muitas se modernizaram e outras fecharam as portas. O segmento têxtil-vestuarista é um dos melhores exemplos para se entender os processos em curso. Isto porque,

o segmento têxtil-vestuarista foi o setor mais afetado em Santa Catarina com o processo de abertura comercial e sobrevalorização. Com a abertura comercial, reduzindo as alíquotas de importação de 105% em 1990 para 20% em 1993, e a recente sobrevalorização cambial, ocorreu uma maciça importação de produtos acabados nos ramos têxtil e vestuário, fazendo com que as exportações catarinenses no ramo têxtil caíssem de 423,6 milhões de dólares em 1993 para 258,7 milhões em 1999 (...) (GOULARTI FILHO, 2003, p.18).

Muito além do quadro desenhado para este setor, ocorreu um processo de reorganização da produção em Santa Catarina, com importantes conseqüências de cunho econômico e social. Grandes empresas do estado passaram às mãos do capital externo, pequenas e médias empresas lançaram-se em estratégias de terceirização e sub-contratação (ficando sua produção vinculada a grandes empresas), ou a prestação de serviços a terceiros, não mais produzindo de forma autônoma (LINS, 2000; GOULARTI FILHO, 2003), dentre um conjunto de outros fatores que representaram duro golpe ao emprego.

Em linhas gerais, pode-se destacar como principais características assumidas no mercado de trabalho catarinense, a partir das transformações estruturais da década de 1990, a elevação do desemprego, sobretudo na segunda metade da década, o crescimento de formas mais precárias de ocupação, especialmente em atividades terceirizadas ou informais, e a manutenção de elevado contingente de trabalhadores ocupados em atividades agrícolas.

Para um aprofundamento da análise sobre as mudanças no mercado de trabalho em Santa Catarina, apresentamos a seguir uma análise a partir de um conjunto de indicadores obtidos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, para a década de 1990, considerando aspectos mais gerais da população, bem como o problema do emprego em seus aspectos mais específicos.

4.3 Comportamento mercado de trabalho na década de 1990: análise de indicadores.

Muitas das transformações ocorridas nos anos de 1990 têm suas raízes em períodos anteriores. As alterações demográficas das últimas décadas, em que aumenta consideravelmente a população urbana em detrimento da rural, ou mesmo o intenso processo de litoralização da população catarinense – em que municípios localizados no litoral do estado apresentam elevadas taxas de crescimento populacional (MATTEI& LINS, 2001) se expressa fortemente no final do século XX.

Portanto, o ponto de partida desta seção é analisar o que vem ocorrendo no âmbito da população em idade ativa (PIA), ou seja, as pessoas acima de 10 anos de idade, para posterior análise dos indicadores sobre o mercado de trabalho.

4.3.1 Aspectos gerais da evolução da PIA e da PEA catarinense.

A tabela 2 apresenta os dados da PIA por sexo e situação do domicílio, para os anos de 1992 e 1999.

O comportamento da PIA total no que se refere à diferença de gênero indica similaridade na distribuição entre os dois sexos. Em 1999, a PIA feminina e a masculina representavam, cada uma, 50% do total da população com 10 anos ou mais de idade do estado. No período a PIA total cresceu a uma taxa média anual de 1,9 %, com crescimento levemente superior dos homens, cerca de 2 %, contra 1,8 % ao ano do crescimento da PIA feminina.

Na década, a população em idade ativa urbana apresentou crescimento positivo, significativamente superior ao registrado para a população rural. Esta decresceu no período. Com crescimento da ordem de 2,6 % ao ano, a PIA urbana representava, em 1999, 74% do total no estado, passando de 2.569.750, em 1992, para 3.091.332 pessoas, em 1999.

Tabela 2: Pessoas de 10 anos ou mais de idade (PIA) na semana de referência, segundo sexo e situação do domicílio. SC, 1992 e 1999.

ÁREA CENSITÁRIA		1992	1999	Taxa
SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO				1992/99
SEXO				% a a
TOTAL		3.653.173	4.174.356	1,92
	Homens	1.813.238	2.085.749	2,02
	Mulheres	1.839.935	2.088.607	1,83
Urbano		2.569.750	3.091.332	2,68
	Homens	1.253.652	1.527.949	2,87
	Mulheres	1.316.098	1.563.383	2,49
Rural		1.083.423	1.083.024	0,01
	Homens	559.586	557.800	-0,05
	Mulheres	523.837	525.224	0,04

Fonte: IBGE/PNAD

Durante a década, o abandono do meio rural seguiu seu curso. O êxodo se expressou mais na população de 10 anos ou mais do sexo masculino, que no período apresentou decréscimo, enquanto a PIA rural feminina se manteve quase inalterada. A busca de melhores condições de vida e melhores oportunidades no mercado de trabalho é que tem motivado este fenômeno. Mattei (1999), referindo-se à região oeste de Santa Catarina, faz menção ao fato de o abandono do meio rural estar se dando mais fortemente na parte da população jovem, que parte em busca de novas oportunidades no meio urbano, pela falta de infra-estrutura básica e dificuldades financeiras no meio rural.

O contingente das pessoas de 10 anos ou mais de idade disponíveis para o trabalho, empregadas ou desempregadas, vai formar a PEA (População Economicamente Ativa). Em 1999, esta representava 67,3 % da PIA, taxa de participação econômica levemente superior a de 1992, quando a proporção foi de 65,9 %. Isso significa, em termos absolutos, um mercado de trabalho formado por 2.811.013 pessoas.

A tabela 3 apresenta o comportamento da população economicamente ativa (PEA) e da população não economicamente ativa para a década. A PEA apresentou taxa de crescimento anual de 2,2%, recebendo um incremento de 403.555 pessoas no período. Para este resultado, contribuiu de forma mais acentuada o contingente feminino, que apresentou crescimento anual da ordem de 2,9 %, contra cerca de 1,8 % ao ano da PEA masculina.

Outros dois aspectos importantes podem ser observados nestes dados. O primeiro refere-se ao comportamento da PEA urbana, que registrou um incremento de 3,6% ao ano entre 1992 e 1999. O crescimento da PEA feminina apresentou-se de forma mais acelerada, registrando taxas de cerca de 4,6% ao ano, passando de cerca de 39% do total em 1992 para

41% da PEA em 1999. O contingente masculino também cresceu, este a uma taxa anual de 3%.

Tabela 3: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência, segundo o sexo e situação do domicílio. SC, 1992 e 1999.

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO SEXO		1992	1999	Taxa 1992/99 % ^a
Economicamente ativas		2.407.458	2.811.013	2,24
	Homens	1.447.758	1.639.038	1,79
	Mulheres	959.700	1.171.975	2,90
Urbano		1.535.155	1.969.958	3,63
	Homens	938.117	1.153.945	3,00
	Mulheres	597.038	816.013	4,56
Rural		872.303	841.055	-0,52
	Homens	509.641	485.093	-0,70
	Mulheres	362.662	355.962	-0,27
Não economicamente ativas		1.239.473	1.363.343	1,37
	Homens	364.913	446.711	2,93
	Mulheres	874.560	916.632	0,67
Urbano		1.028.921	1.121.374	1,24
	Homens	314.968	374.004	2,48
	Mulheres	713.953	747.370	0,66
Rural		210.552	241.969	2,01
	Homens	49.945	72.707	5,51
	Mulheres	160.607	169.262	0,75

Fonte: IBGE/PNAD

No meio rural, por sua vez, observou-se comportamento diferente da PEA, em que foi registrado leve decréscimo. Os economicamente ativos que eram 872.303 em 1992 passaram a 841.055 pessoas em 1999. O contingente feminino da PEA rural encerrou a década com número menor de pessoas, 355.962 em 1999, contra 485.093 homens economicamente ativos no mesmo ano.

Para a população não economicamente ativa o desempenho foi menor na década, tendo o total crescido a uma taxa de 1,3% ao ano. O crescimento mais acentuado foi registrado para a população masculina, que cresceu a taxas próximas a 3% ao ano na década, contra crescimento menor que 1% para as mulheres.

A evolução da população não economicamente ativa urbana se deu de forma similar ao apresentado para o total. No meio rural, porém, o comportamento foi diferente, tendo o contingente masculino apresentado crescimento acelerado, cerca de 5,5% ao ano. Os homens nesta condição que eram 49.945 em 1992 eram 72.707 em 1999. Pode ter contribuído para este crescimento, o fato de nos anos 1990, ter sido estendida a aposentadoria rural aos

trabalhadores do campo (MATTEI, 1999a). As mulheres, porém, ainda representavam cerca de 70 % do total da população não economicamente ativa do meio rural no final da década.

No conjunto a população economicamente ativa, podem ser verificadas duas condições ocupacionais. As pessoas podem estar ocupadas, ou desocupadas. No caso da PNAD, a condição de ocupação diz respeito ao período de referência da pesquisa, que pode ser a semana de referência ou o período de referência de 365 dias (PNAD, 1995).

A tabela 4 apresenta a PEA catarinense desagregada por condição de ocupação e sexo e, neste caso, os dados são referentes à semana de referência. As pessoas desocupadas, por exemplo, são as que procuraram trabalho nos últimos 7 dias, antes da realização da pesquisa.

Tabela 4: População economicamente ativa e população ocupada na semana de referência, segundo a condição de ocupação e sexo. SC, 1992 e 1999.

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO SEXO	1992	1999	Taxa 1992/99 % a. a
Economicamente ativas	2.407.458	2.811.013	2,24
Ocupadas	2.315.516	2.608.600	1,72
Desocupadas	91.942	202.413	11,93
Homens	1.447.758	1.639.038	1,79
Ocupados	1.400.085	1.544.224	1,41
Desocupados	47.673	94.814	10,32
Mulheres	959.700	1.171.975	2,90
Ocupadas	915.431	1.064.376	2,18
Desocupadas	44.269	107.599	13,53
Não economicamente ativas	1.239.473	1.363.343	1,37

Fonte: IBGE/PNAD

Como é possível observar, a PEA ocupada vem apresentando crescimento de 1,7 % ao ano no período, atingindo montante que representa, em 1999, cerca de 93 % do total da PEA do estado. Esta proporção era maior em 1992, pouco mais de 96 %, o que é explicado pelo elevado incremento que vem sofrendo a PEA desocupada, registrando para a década um crescimento da ordem de 11,9 % ao ano.

Em termos de aumento da PEA ocupada, na separação por sexo apresentaram-se comportamentos um pouco distintos, já que a PEA ocupada masculina cresceu a uma taxa de 1,4 % ao ano e a feminina 2,1 % ao ano, levemente superior. A PEA feminina desocupada, que em 1992 era de 44.269, inferior à masculina (47.673), em 1999 vai alcançar a marca de 107.599, enquanto a masculina é de 94.814. A PEA desocupada feminina cresceu, na década a uma taxa de 13,5 % ao ano. Isso revela que o maior crescimento registrado para a PEA

feminina no período está significando aumento do número de mulheres na condição de desemprego, ou seja, a maior inserção da mulher no mercado de trabalho está resultando em maior número de mulheres desocupadas.

Neste sentido, evidencia-se na década de 1990 uma mudança estrutural no mercado de trabalho, no que refere ao aumento da participação relativa das mulheres disponíveis para o trabalho. Estas, que em 1992, eram 39,8 % da PEA, chegam em 1999 representando 41,6 %. Com uma taxa de ocupação de 90,8%, contra os 94,2 % da PEA masculina, as mulheres encontram-se, ainda, mais expostas ao desemprego, já que encontram mais dificuldades de colocação no mercado, sendo submetidas a um desemprego aberto de cerca de 9% contra 5,7% dos homens em 1999.

Na tabela 5 são apresentados os dados da PEA por condição na ocupação. Na década, os trabalhadores domésticos sofreram um incremento, em termos absolutos, de 29.454 postos de trabalho, crescendo anualmente a uma taxa de 3,5 %. A categoria empregador apresentou desempenho ainda maior, com taxa de crescimento de 6,7 % ao ano no período, o que representou em 1999, contingente 57,8 % maior que o de 1992.

Tabela 5: População economicamente ativa ocupada, por condição na ocupação na semana de referência. SC, 1992 e 1999.

População	1992	1999	% a.a.	variação total 1992-1999
Ocupados	2.315.516	2.608.600	1,7	12,7
Trab. Domésticos	108.971	138.425	3,5	27,0
Empregador	86.265	136.092	6,7	57,8
Conta própria	472.177	522.891	1,5	10,7
Próprio uso e consumo	97.049	176.821	8,9	82,2
Não remunerados	421.668	324.543	-3,7	-23,0
Assalariados	1.129.386	1.309.828	2,1	16,0

Fonte: PNAD

Os trabalhadores ocupados por conta própria, mesmo não tendo apresentado crescimento acentuado no período, continuam representando o segundo grupo ocupacional mais expressivo, com um contingente de 522.891 trabalhadores ocupados nesta condição em 1999. Este contingente é 10,7 % maior que o de 1992, tendo sofrido incremento médio de 1,5 % ao ano. As condições de ocupação produção para o próprio consumo e construção para o próprio uso representavam em 1999 apenas 6,7 % do total da PEA ocupada do estado. Esta participação tem aumentado, já que em 1992 a relação era de 4,1 %. Em termos absolutos, ocorreu um incremento de 82,2 % no número de trabalhadores ocupados nestas condições.

Também é possível considerar que este grupo ocupacional é o que mais contribui para o dimensionamento do setor informal do mercado de trabalho, junto com os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores em atividade independente (DEDECCA, 1998). O conjunto destas categorias, características das atividades não formais, apresentou evolução positiva superior aos empregados, categoria que detinha a maior parte dos trabalhadores formais, com carteira de trabalho assinada e, portanto, mais protegidas.

Embora tenha diminuído a uma taxa anual de 3,7 % no período, chama atenção a participação expressiva do contingente da PEA ocupada na condição não remunerados, ou seja, pessoas que desenvolvem atividade produtiva sem receber qualquer remuneração por isso. Em 1999, os trabalhadores ocupados nesta condição representavam cerca de 13 % do total da PEA ocupada do estado, relação que em 1992 era 23 % maior, representando mais de 18 % do total da PEA ocupada. Esse fenômeno pode ser explicado pelo fato de esta categoria ser fortemente encontrada no setor agrícola de Santa Catarina, que concentra grande contingente da PEA estadual. Como veremos adiante, o setor agrícola representa percentual expressivo no total da PEA ocupada, sendo os não remunerados bastante expressivos, fruto da forma familiar de organização do trabalho na agricultura catarinense.

A última condição de ocupação apresentada na tabela é a dos assalariados, responsável em 1999 por mais de 50% do total da PEA ocupada em Santa Catarina. Esta taxa de assalariamento da PEA ocupada é, neste ano, levemente superior à registrada em 1992, aproximadamente 49%. Na década, o contingente de ocupados nesta condição registrou crescimento da ordem de 2,1% ao ano, resultado levemente superior ao observado para o total dos ocupados no período.

Para uma desagregação por sexo, a tabela 6 permite verificar o comportamento segundo a posição na ocupação. Os assalariados masculinos passaram de cerca de 55% em 1992 para pouco mais de 56% do total dos homens ocupados em 1999. As mulheres, de 39% para 41% no período. Os trabalhadores domésticos masculinos cresceram a uma taxa de 19% ao ano na década, contra apenas 3% das mulheres. Mantém-se, porém, expressiva a diferença entre os sexos na participação nas atividades do trabalho doméstico. Das mulheres ocupadas, 12 % encontravam-se nesta condição em 1999. Para os homens esta proporção era de menos de 1%, com um contingente de 5.816 nesta condição de ocupação em 1999, 4.113 a mais que em 1992.

As mulheres eram maioria na condição de trabalhadores não remunerados e apresenta ritmo menor de decréscimo do que o apresentado para os homens. Estes tem taxas negativas de 4,1%, contra 3,4 das mulheres.

Tabela 6: População economicamente ativa ocupada, por sexo, segundo a posição na ocupação. SC, 1992 e 1999.

PEA Ocupada SEXO Posição na Ocupação	1992	%	1999	%	Taxa 1992/99 % a a
Homens	1.400.085	100	1.544.224	100	1,41
Assalariados	767.871	54,8	867.792	56,2	1,76
Trab. Domésticos	1.703	0,1	5.816	0,4	19,18
Conta própria	380.240	27,2	401.905	26,0	0,79
Empregadores	70.941	5,1	99.456	6,4	4,95
Não remunerados	156.064	11,1	116.321	7,5	-4,11
Produção para o próprio consumo	19.292	1,4	50.026	3,2	14,58
Construção para o próprio uso	3.974	0,3	2.908	0,2	-4,36
Mulheres	915.431	100,0	1.064.376	100	2,18
Assalariados	361.515	39,5	442.036	41,5	2,91
Trab. Domésticos	107.268	11,7	132.609	12,5	3,08
Conta própria	91.937	10,0	120.986	11,4	4,00
Empregadores	15.324	1,7	36.636	3,4	13,26
Não remunerados	265.604	29,0	208.222	19,6	-3,42
Produção para o próprio consumo	73.216	8,0	122.142	11,5	7,58
Construção para o próprio uso	567	0,1	1.745	0,2	17,42

Fonte: IBGE/PNAD

Os conta própria masculinos variaram pouco no período, diminuindo sua participação no total dos homens ocupados de 27% para 26%, enquanto para as mulheres o movimento foi inverso, aumentando de 10% para 11% do total de mulheres ocupadas crescendo a uma taxa média anual de 4%.

Outro aspecto da relação de gênero no mercado de trabalho refere-se ao avanço significativo da categoria “empregadores” na PEA feminina ocupada, em que foi registrado para os anos 1990 um crescimento anual de 13,2 % ao ano. Para a PEA ocupada masculina, o crescimento anual foi de cerca de 5 % ao ano.

É importante observar, dentre as mudanças que vem ocorrendo na composição da PEA ocupada, quais formas de emprego mais contribuíram para os resultados apresentados acima. Portanto usa-se o maior contingente de trabalhadores, que são os assalariados, procurando verificar a sua distribuição entre diferentes categorias de assalariamento.

Como se verifica na tabela 7, os trabalhadores com carteira de trabalho assinada, embora representam o contingente mais expressivo no total de assalariados, apresentou desempenho medíocre no período, crescendo a uma taxa de 1,5% ao ano. Os funcionários

públicos, categoria ocupacional que como a anterior goza de situação mais protegida no mercado de trabalho, tanto no que se refere a questões de ordem legal como também em termos de diversos benefícios garantidos pela condição formal da atividade laboral, sofreram um incremento de 41,5%, no período, apresentando crescimento médio anual de 5,1% entre 1992 e 1999.

Tabela 7: População Economicamente Ativa ocupada assalariada, por categoria do emprego na semana de referência. SC, 1992 e 1999.

População	1992	1999	% a.a.	variação total 1992-1999
Assalariados	1.129.386	1.309.828	2,1	16,0
Com carteira	822.344	914.312	1,5	11,2
Militares e func públicos	87.973	124.475	5,1	41,5
Sem carteira	219.069	271.041	3,1	23,7
Homens	767.871	867.792	1,8	13,0
Com carteira	567.529	614.198	1,1	8,2
Militares e func públicos	41.997	67.472	7,0	60,7
Sem carteira	158.345	186.122	2,3	17,5
Mulheres	361.515	442.036	2,9	22,3
Com carteira	254.815	300.114	2,4	17,8
Militares e func públicos	45.976	57.003	3,1	24,0
Sem carteira	60.724	84.919	4,9	39,8

Fonte: PNAD

A categoria de assalariamento que abrange os trabalhadores sem carteira assinada e, portanto, não amparados pela legislação trabalhista em vigor e excluídos das benesses que a condição formal garante (garantia de salário mínimo, seguro desemprego, etc), apresentou crescimento consideravelmente superior aos trabalhadores com carteira assinada no período. Parte da expansão dos postos de trabalho compõe-se de atividades informais, ou seja, é indicador de que ocorreu aumento da informalidade em Santa Catarina na década de 1990.

Com variação anual da ordem de 3,1%, a categoria dos assalariados compunha-se em 1999 de 23,7% mais trabalhadores que em 1992. O aumento da participação dos assalariados sem carteira no conjunto dos assalariados passou de 19,3% para 20,6% no período, indicando um processo de mudança desfavorável aos trabalhadores catarinenses, na medida em que aumentaram as formas menos protegidas de assalariamento.

Para o crescimento dos assalariados, as mulheres contribuíram mais, crescendo anualmente a uma taxa de 2,9% contra 1,8% dos homens. Movimento similar foi perceptível tanto para os trabalhadores com carteira de trabalho assinada como para os sem carteira. O crescimento das mulheres com carteira assinada foi de 2,4% contra 1,1% dos homens. Para as

mulheres sem carteira o crescimento foi de 4,9% no período enquanto os homens sofreram incremento anual médio de 2,3% entre 1992 e 1999. Neste sentido, fica evidente que a informalidade afeta de maneira mais forte a PEA feminina do que a masculina. Apenas para os funcionários públicos e/ou militares é que o contingente masculino apresentou maior aceleração, com taxa de crescimento de 7% ao ano contra 3,1% das mulheres.

4.3.2 Distribuição setorial da PEA ocupada catarinense.

Segundo dados apresentados por Mattei & Lins (2001), em 1998, 12,9% do PIB catarinense provinha da produção agropecuária, 41,8% do setor de Serviços e 45,3% da produção industrial. A forte presença da produção agropecuária no estado lhe garante, como indicam os autores, forte participação na produção primária nacional. Já o setor secundário foi o mais afetado pelo processo de reestruturação produtiva engendrado na década.

O processo de modernização da agricultura que ganhou força com a revolução verde dos anos 1960 foi um dos impulsionadores do processo de abandono do campo nas décadas subsequentes. A saída do meio rural se dava e ainda se dá, sobretudo, pela busca nos espaços urbanos de melhores condições de vida. Recentemente, porém, tem surgido outras questões que contribuem para a manutenção do êxodo.

Uma delas diz respeito à forma de organização da produção, sobretudo na região oeste do estado, que é predominantemente agrícola, em que os grandes conglomerados agroindustriais passaram a exigir escalas mínimas de produção dos seus produtores agrícolas integrados, além de muitas plantas destas empresas terem sido transferidas para outras regiões do Brasil (MATTEI, 1999). Acrescente-se a isso o fato de haver nos meios urbanos melhores condições de infra-estrutura, como escolas, hospitais, etc, fatores que imprimem maior atratividade a este meio.

O setor secundário foi especialmente afetado pela reestruturação produtiva ocorrida na década. A introdução de novas tecnologias, novos processos produtivos e novas relações de trabalho se deram de forma mais evidente neste setor da economia. Segundo Mattei & Lins (2001, p.36) “a reestruturação industrial efetuada em Santa Catarina na última década do século XX incidiu em diferentes tipos de atividades secundárias”. Os autores realçam o fato de que com a abertura comercial do início da década, foi estabelecido um novo quadro de

competitividade, este motivando iniciativas de reestruturação e abrindo possibilidades de modernização.

É neste sentido que a modernização tecnológica e a introdução de novos processos de produção impactaram negativamente no mercado de trabalho. Dentre os aspectos que mais se destacam como consequência das mudanças do período, destacam-se o aumento expressivo do desemprego em setores como o têxtil-vestuarista; o aumento das exigências quanto a qualificação profissional; o surgimento e larga disseminação de métodos mais precários como subcontratação, terceirização; condições de trabalho mais precária (LINS, 1998); além de um conjunto de novas e velhas inseguranças do mundo do trabalho.

A tabela 8 nos permite observar a distribuição da PEA ocupada de Santa Catarina segundo os ramos de produção. Embora a PEA ocupada na atividade agricultura tenha registrado decréscimo no período, esta ainda representava em 1999 28% do total da PEA ocupada do estado. Em 1992 esta relação era de cerca de 36%, o que sem dúvida merece atenção, já que este setor mantém-se como um dos mais expressivos de Santa Catarina em termos de geração de ocupações.

A indústria de transformação ainda concentrava em 1999 grande parte dos trabalhadores ocupados. Neste ano, 522.895 pessoas estavam ocupadas nas atividades da indústria de transformação, o que representava cerca de 20 % da PEA ocupada do estado. A indústria da construção, dentro do setor secundário, vem em seguida representando pouco mais de 6 % da PEA ocupada.

Tabela 8: Distribuição da PEA ocupada, segundo os ramos de atividade econômica. SC, 1992 e 1999.

Ramos de atividade	1992	%	1999	%	% a.a
Total	2.315.516	100	2.608.600	100	1,72
Agrícola	831.994	35,9	736.928	28,2	-1,72
Indústria de transformação	454.007	19,6	522.895	20	2,04
Indústria da construção	135.639	5,9	171.590	6,6	3,42
Outras atividades industriais	27.811	1,2	28.499	1,1	0,35
Comércio de mercadorias	219.072	9,5	259.388	9,9	2,44
Prestação de serviços	291.153	12,6	404.220	15,5	4,8
Serv. Auxiliares da atividade econômica	55.052	2,4	95.387	3,7	8,17
Transporte e comunicação	62.985	2,7	86.074	3,3	4,56
Social	132.246	5,7	169.255	6,5	3,59
Administração pública	72.074	3,1	94.812	3,6	3,99
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	33.483	1,4	39.552	1,5	2,41

Fonte: PNAD

A participação relativa do emprego industrial no conjunto do emprego em Santa Catarina não diminuiu, porém se mantém praticamente a mesma na década. Isso evidencia a menor capacidade de que gozam os ramos industriais para criar empregos, abrindo espaço para alterações de cunho estrutural na forma de distribuição do emprego entre os setores da economia.

A maior evidência da dimensão das mudanças do período, que sinaliza mesmo mudanças estruturais, é o que ocorre nos ramos de produção não industriais. Estes ramos aumentam sua proporção no total da PEA ocupada catarinense na década. O ramo da prestação de serviços, um dos mais expressivos relativamente à PEA ocupada, cresceu a uma taxa de cerca de 4,8 % ao ano, passando de 291.153 pessoas em 1992 para 404.220 em 1999. Aqui também ocorre o aumento da proporção das pessoas ocupadas neste ramo em relação ao total da PEA ocupada. Em 1992 o ramo da prestação de serviços representava 12,6 % da PEA ocupada de Santa Catarina. Em 1999, esta proporção aumenta para 15,5 %. Dentre todos, é para este ramo que migrou a maioria dos trabalhadores que não encontrou trabalho em outras áreas.

Destaca-se também, em termos de crescimento anual, o ramo de Serviços auxiliares da atividade econômica, que no período registrou crescimento médio anual da ordem de 8%, seguido pela administração pública (4% ao ano) e o social que cresceu a 3,6% ao ano. Estes ramos, porém, representavam em 1999 pouco mais que 13% do total da PEA ocupada, proporção que em 1992 era de 11 %.

No caso de Santa Catarina, o intenso processo de urbanização experimentado nas últimas décadas, afetando especialmente o litoral do estado, contribuiu para o crescimento das atividades relacionadas aos ramos do setor terciário, característicos do meio urbano. Se considerarmos, como verificado acima, que as atividades características do mercado informal de trabalho – produção para o próprio consumo, trabalho doméstico, etc - apresentam crescimento marcadamente superior que a condição de assalariado – que concentra a maioria dos trabalhadores formais -, pode-se afirmar que grande parte dos empregos criados na década o foram sob condições mais precárias e marcadamente menos seguras que o tradicional trabalho assalariado formal do meio industrial.

Características importantes da distribuição setorial da PEA ocupada por ramos de atividade podem ser vistas na tabela 9, que apresenta a distribuição desses ramos segundo o sexo. A grande maioria da PEA masculina ocupada encontra-se nos ramos da agricultura e da indústria de transformação. Juntos, estes ramos concentravam, em 1999, mais de 49% da PEA

masculina ocupada do estado. Em ambos, porém, a participação relativa no total diminuiu. Para o ramo da agricultura, a proporção que era de 34%, em 1992, encerra o período com cerca de 27 %. Para a indústria de transformação a queda foi menor, passando de 23,5%, em 1992, para 22,5%, em 1999. Foi mantido praticamente o mesmo número absoluto de homens ocupados para os dois anos, registrando taxa de crescimento inferior a 1 % na década. Já o ramo agrícola decresceu, em termos de homens ocupados, a uma taxa de -2 % ao ano.

Tabela 9: Distribuição da PEA ocupada por ramos de atividade econômica, segundo o sexo. SC, 1992 e 1999.

Ramos de atividade do trabalho principal	1992	%	1999	%	Taxa 1992/99
Sexo					% a. a
Homens	1.400.085	100	1.544.224	100	1,41
Agrícola	476.154	34,0	412.375	26,7	-2,03
Indústria de transformação	328.589	23,5	346.654	22,4	0,77
Indústria da Construção	132.804	9,5	166.938	10,8	3,32
Outras atividades industriais	23.838	1,7	23.265	1,5	-0,35
Comércio de mercadorias	124.289	8,9	148.893	9,6	2,61
Prestação de serviços	106.702	7,6	158.201	10,2	5,79
Serv. Auxiliares da atividade econômica	37.455	2,7	64.558	4,2	8,09
Transporte e comunicação	57.877	4,1	79.094	5,1	4,56
Social	39.734	2,8	50.019	3,2	3,34
Administração pública	51.074	3,6	68.635	4,4	4,31
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	21.569	1,5	25.592	1,6	2,47
Mulheres	915.431	100	1.064.376	100	2,18
Agrícola	355.840	38,9	324.553	30,5	-1,31
Indústria de transformação	125.418	13,7	176.241	16,6	4,98
Indústria da Construção	2.835	0,3	4.652	0,4	7,33
Outras atividades industriais	3.973	0,4	5.234	0,5	4,02
Comércio de mercadorias	94.783	10,4	110.495	10,4	2,22
Prestação de serviços	184.451	20,1	246.019	23,1	4,20
Serv. Auxiliares da atividade econômica	17.597	1,9	30.829	2,9	8,34
Transporte e comunicação	5.108	0,6	6.980	0,7	4,56
Social	92.512	10,1	119.236	11,2	3,69
Administração pública	21.000	2,3	26.177	2,5	3,20
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	11.914	1,3	13.960	1,3	2,29

Fonte: PNAD

Para as mulheres, o cenário na indústria de transformação foi mais favorável, em termos de aumento da participação, sendo registrado crescimento de cerca de 5 % ao ano no período. Este ramo, que no conjunto da PEA feminina ocupada representava cerca de 14 % em 1992, passou a representar, em 1999, aproximadamente 17 % do total. No ramo da agricultura, o comportamento foi similar ao registrado para os homens, apenas o decréscimo foi mais suave, cerca de 1,3 % ao ano, contra 2 % dos homens.

No ramo de atividade prestação de serviços, as mulheres têm participação mais expressiva, com cerca de 23% do total da PEA feminina ocupada nestas atividades em 1999. Já para os homens, no mesmo ano, os ocupados nesta atividade representavam 10% do total da PEA masculina, com taxa de crescimento aproximada de 6% ao ano na década.

No ramo do comércio de mercadorias para os dois sexos o comportamento foi similar, apresentando ambos crescimento médio anual um pouco superior a 2%. Em termos absolutos, em 1999, o contingente masculino era superior ao feminino, ocupando-se nestas atividades 148.893 homens, contra 110.495 mulheres.

Por fim, cabe acrescentar que a característica observada em âmbito mundial e nacional de maior participação das atividades econômica terciárias e das ocupações neste setor da economia (CARDOSO JR.,2001), não se apresentam da mesma forma em Santa Catarina. Isso porque é característica marcante no estado a expressiva participação do setor agrícola na geração de postos de trabalho, este setor representando, como já mencionado, 28% do total dos ocupados do estado em 1999, além da forte presença da indústria de transformação, que encerra a década representando 20% da PEA ocupada.

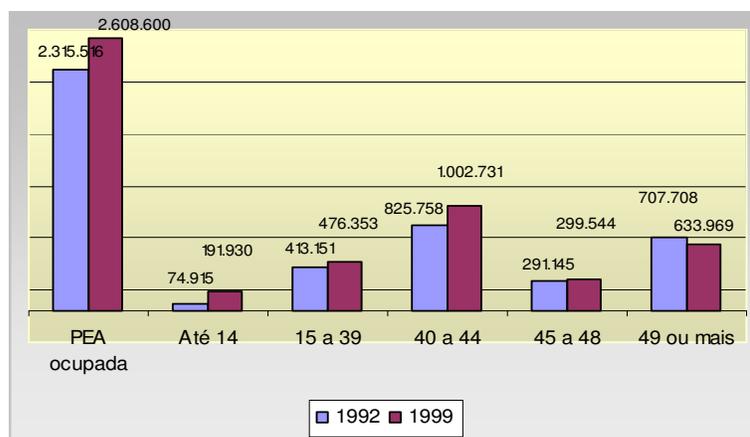
4.3.3 PEA ocupada segundo a jornada de trabalho.

A PEA ocupada é apresentada no gráfico 7, por grupos de horas habitualmente trabalhadas na semana. A variação mais expressiva foi dos ocupados nas faixas de até 14 horas e de 40 a 44 horas semanais. Para o primeiro grupo, o contingente ocupado em 1992 era de 74.915 pessoas, passando em 1999 para 191.930 pessoas ocupadas, neste grupo de horas foi que mais cresceu o número de trabalhadores no período. Este crescimento pode ser explicado pelo fato de ter aumentado a informalidade nos anos de 1990, fenômeno caracterizado por atividades muitas vezes esporádicas, de jornada irregular, os tradicionais “bicos” a que se submetem os trabalhadores na ausência de oportunidades em atividades tradicionais.

No segundo grupo, de 40 a 44 horas, ocupavam-se 825.758 pessoas em 1992, passando a 1.002.731 em 1999. Isso significa um incremento de 176.973 pessoas ocupadas neste que é o intervalo de horas que concentra o maior contingente ocupado. Por outro lado, os ocupados com jornada superior a 49 horas semanais que eram 707.708 no primeiro ano,

são no final da década 633.969 pessoas. Os grupos de horas que vão de 15 a 39 horas e de 45 a 48 horas trabalhadas, por fim, mantiveram-se praticamente os mesmos nos dois anos analisados.

Gráfico 7: População ocupada por grupos de horas trabalhadas no trabalho principal. SC, 1992 e 1999.



Fonte: PNAD

Quando desagregamos estes dados por sexo, percebe-se que, como apresentado na tabela 10, de 1992 a 1999, no grupo de até 14 horas trabalhadas, o contingente de trabalhadores que aumentou em 117.015 pessoas, tem maior participação das mulheres. Estas, em 1999, eram 145.406 contra 46.524 homens ocupados. A presença masculina, porém, vem crescendo de forma bastante acentuada, a uma taxa de 17% ao ano.

Tabela 10: População economicamente ativa ocupada, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo o sexo. SC, 1992 e 1999.

PEA Ocupada SEXO Horas trabalhadas	1992	1999	Taxa 1992/99 % a
Homens	1.400.085	1.544.224	1,4
Até 14	15.320	46.524	17,2
15 a 39	159.463	193.105	2,8
40 a 44	507.948	615.367	2,8
45 a 48	186.718	209.972	1,7
49 ou mais	528.365	475.765	-1,5
Mulheres	915.431	1.064.376	2,2
Até 14	59.595	145.406	13,6
15 a 39	253.688	283.248	1,6
40 a 44	317.810	387.364	2,9
45 a 48	104.427	89.572	-2,2
49 ou mais	179.343	158.204	-1,8

Fonte: IBGE/PNAD

No grupo de horas que vai de 15 a 39 horas trabalhadas observou-se a manutenção em 1999 da relação existente em 1992. Os trabalhadores que compõem este grupo representavam, em 1999, cerca de 18% do total da PEA ocupada do estado, sendo a PEA ocupada feminina a mais numerosa, pois em 1999 havia 283.248 mulheres, contra 193.105 homens.

A participação feminina no grupo de horas do intervalo de 40 a 44 horas trabalhadas vem crescendo a taxas similares às masculinas, apresentando para o período crescimento da ordem de 3 % ao ano. A presença masculina ainda é maior, significando, em termos relativos cerca de 24% da na PEA ocupada total, contra 17% de participação feminina.

Para o grupo de horas compreendido no intervalo de 45 a 48 horas, observa-se que as mulheres vem reduzindo sua participação neste grupo ano a ano, a uma taxa de cerca de - 2,2% ao ano, enquanto a PEA ocupada masculina aumenta sua participação numa proporção de cerca de 2 % ao ano.

Embora venha diminuindo nos últimos anos, apresentando para os homens uma taxa de -1,5% e para as mulheres 1,8% ao ano, os trabalhadores que formam o grupo de 49 ou mais horas semanais ainda representam cerca de 24 % do total da PEA ocupada em 1999, sendo o segundo grupo mais expressivo. Neste mesmo ano, 475.765 homens e 158.204 mulheres trabalhavam mais de 49 horas semanais no seu trabalho principal.

Para o aprofundamento da análise sobre a distribuição da PEA ocupada de acordo com a jornada habitual de trabalho, é apresentada a distribuição em percentual, das pessoas ocupadas nos diferentes grupos de horas trabalhadas, segundo a posição na ocupação, na tabela 11.

Para os assalariados, que são a maioria da PEA ocupada, a distribuição pelos diferentes grupos de horas trabalhadas se dá de forma concentrada, ou seja, os assalariados estão concentrados no intervalo de 40 a 44 horas semanais, com pouco mais de 56%, em 1992, e 57% deles trabalhando neste intervalo de horas em 1999. É importante lembrar que o regime de trabalho constitucionalmente definido no Brasil, sobretudo formal, está limitado a 44 horas semanais. Isto ajuda a explicar a forte presença dos trabalhadores com jornada neste intervalo, dado também que a maior parcela dos assalariados é amparada pela legislação trabalhista em vigor.

Sobre este aspecto ainda é importante assinalar que na década de 1990 no Brasil intensificou-se a pressão pela redução da jornada legal de trabalho. Em muitos casos, a redução ocorre em troca de flexibilização da jornada, conforme necessidade criada pelo

processo de reestruturação produtiva das empresas. Neste sentido, também ocorrem mudanças na Legislação, em que a criação do banco de horas⁴ e a regulamentação do trabalho temporário parcial são expressão (CARDOSO JR., 2001).

Tabela 11: Percentual de pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação, segundo a jornada semanal habitual do trabalho principal. SC, 1992 e 1999.

Posição na Ocupação	Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana (%)									
	Até 14		15 a 39		40 a 44		45 a 48		49 ou mais	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Total	3,2	7,3	17,8	18,2	35,6	38,4	12,5	11,4	30,5	24,3
Assalariados	0,5	0,9	9,5	11,9	56,6	57,1	15,1	15,0	18,1	14,7
Trab. Domésticos	4,1	11,3	30,7	34,4	21,3	29,8	12,9	8,4	30,7	15,9
Conta própria	2,0	4,5	16,8	15,7	13,9	22,4	11,8	11,3	55,0	45,6
Empregadores	0,6	2,1	9,2	8,9	24,3	23,5	13,8	8,9	51,3	55,9
Não remunerados	2,9	9,4	34,7	39,6	16,6	17,3	7,5	5,9	37,9	27,4
Produção para o próprio consumo	46,0	61,1	39,8	27,0	4,9	3,7	4,9	...	4,2	8,1
Construção para o próprio uso	...	12,4	25,0	50,0	24,9	12,4	24,9	12,5	25,0	12,5

Fonte: IBGE/PNAD

Outros dois grupos de horas em que os assalariados se distribuem de forma mais expressiva, são o intervalo de 45 a 48 horas e mais de 49, no primeiro intervalo mantendo-se a proporção de 15% da PEA ocupada nos dois anos observados. Os ocupados por mais de 49 horas semanais diminuem de 18% em 1992 para cerca de 15% em 1999, esta continua sendo a segunda jornada mais importante.

Nos dois intervalos menores, até 14 horas e de 15 a 39 os ocupados cresceram, na década, ficando o segundo intervalo com 12% dos assalariados em 1999. A menor jornada não representava mais que 1% dos trabalhadores assalariados no final da década.

Os trabalhadores domésticos, por sua vez, estão melhor distribuídos entre os grupos de horas trabalhadas. Para estes a jornada habitual varia bastante, sendo que o maior contingente de trabalhadores concentra-se no intervalo de 15 a 39 horas semanais, cerca de 34,5% do total em 1999. Ocorreu, porém, uma redistribuição destes trabalhadores nos diferentes grupos de horas de trabalho, diminuindo o contingente ocupado em jornadas mais longas e aumentando nas jornadas curtas.

Movimento similar foi observado para os trabalhadores por conta própria, que também tiveram diminuídas suas jornadas semanais habituais de trabalho nos anos de 1990. Para estes,

⁴ Como explica Cardoso Jr. (2001, p. 44) “o banco de horas permite que o acréscimo de salário seja dispensado se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas de um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 120 dias, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite de dez horas diárias”.

porém, ainda se mantém expressivo o contingente de ocupados com jornadas superiores a 49 horas semanais. Cabe ressaltar que é no setor agrícola que o contingente de trabalhadores conta própria é mais expressivo.

Já os empregadores, 56% destes fecharam a década ocupando-se mais de 49 horas semanais, percentual que era de cerca de 51% em 1992. Chama atenção ainda o fato de 27% dos não remunerados terem esta mesma jornada. O contingente diminuiu em relação a 1992, passando a jornada mais comum destes trabalhadores a estar compreendida no intervalo de 15 a 39 horas semanais.

4.3.4 Rendimento dos trabalhadores.

Outro aspecto que merece atenção na análise sobre o mercado de trabalho é a condição de rendimento dos trabalhadores. A tabela 12 apresenta as classes de rendimento mensal por sexo, da PEA ocupada nos anos 1992 e 1999. Embora venha diminuindo, o contingente de trabalhadores que recebe menos de três salários mínimos encerra o período representando cerca de 48% da PEA ocupada com rendimento no estado. O contingente de trabalhadores que recebia até meio salário mínimo foi o que apresentou maior queda na década, decrescendo a uma taxa média anual de 7%.

A quantidade de trabalhadores com rendimento entre um e dois salários mínimos pouco variou na década, passando de 520.452, em 1992, para 508.914, em 1999. Para os trabalhadores com renda entre dois e três salários mensais observou-se comportamento positivo, tendo sido registrado crescimento de 5,5% ao ano na década.

Os trabalhadores com rendimento mensal entre 3 e 5 salários que, eram 12% em 1992, encerram a década representando cerca de 14% do total da PEA ocupada. A evolução deste contingente se deu a uma taxa anual da ordem de 4.5%.

Se por um lado encontramos uma proporção elevada da PEA ocupada com rendimento médio baixo, figurando nas classes de renda que podem indicar uma condição de precariedade no mercado de trabalho, por outro, cresce a taxas elevadas o número de trabalhadores cujo rendimento se localiza entre 10 e 20 salários mínimos. Se considerarmos que, somadas as três classes de maior rendimento, representavam, em 1999 cerca de 17% da PEA ocupada, tem-se a noção do grau de desigualdade salarial vivenciado no estado.

Tabela 12: População economicamente ativa ocupada, por sexo, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos. SC, 1992 e 1999.

PEA Ocupada SEXO Rendimento mensal	1992	1999	Taxa 1992/99 % ^a
Total	2.315.516	2.608.600	1,7
Ate 1/2 salário mínimo	102.731	60.494	-7,2
Mais de 1/2 a 1 sal. Mínimos	278.067	189.032	-5,3
Mais de 1 a 2 sal. Mínimos	520.452	508.914	-0,3
Mais de 2 a 3 sal. Mínimos	337.107	491.478	5,5
Mais de 3 a 5 sal. Mínimos	281.488	385.621	4,6
Mais de 5 a 10 sal. Mínimos	174.234	285.002	7,2
Mais de 10 a 20 sal. Mínimos	53.342	119.226	12,1
Mais de 20 sal. Mínimos	21.000	52.349	13,9
Sem rendimento	517.582	503.108	-0,4
Sem declaração	29.513	13.376	-10,6
Homens	1.400.085	1.544.224	1,4
Ate 1/2 salário mínimo	45.967	27.342	-7,1
Mais de 1/2 a 1 sal. Mínimos	149.813	90.151	-7,0
Mais de 1 a 2 sal. Mínimos	329.755	284.403	-2,0
Mais de 2 a 3 sal. Mínimos	249.711	306.532	2,9
Mais de 3 a 5 sal. Mínimos	220.197	296.051	4,3
Mais de 5 a 10 sal. Mínimos	142.451	219.857	6,4
Mais de 10 a 20 sal. Mínimos	44.831	95.959	11,4
Mais de 20 sal. Mínimos	17.027	43.625	14,3
Sem rendimento	179.331	169.837	-0,7
Sem declaração	21.002	10.467	-9,4
Mulheres	915.431	1.064.376	2,1
Ate 1/2 salário mínimo	56.764	33.152	-7,4
Mais de 1/2 a 1 sal. Mínimos	128.254	98.881	-3,6
Mais de 1 a 2 sal. Mínimos	190.697	224.511	2,3
Mais de 2 a 3 sal. Mínimos	87.396	184.946	11,3
Mais de 3 a 5 sal. Mínimos	61.291	89.570	5,5
Mais de 5 a 10 sal. Mínimos	31.783	65.145	10,8
Mais de 10 a 20 sal. Mínimos	8.511	23.267	15,4
Mais de 20 sal. Mínimos	3.973	8.724	11,8
Sem rendimento	338.251	333.271	-0,2
Sem declaração	8.511	2.909	-14,2

Fonte: IBGE/PNAD

As maiores taxas de crescimento foram observadas justamente nas classes de rendimento superior. Para a classe de mais de 5 a 10 salários, o crescimento foi de 7% ao ano; mais de 10 a 20 cresceu a 12 % ao ano e para mais de 20 salários mínimos o crescimento foi da ordem de 14% ao ano.

A classe sem rendimento compunha-se de 503.108 trabalhadores em 1999. Esta classe de renda tem apresentado leve decréscimo no período já que em 1992, 517.582 trabalhadores ocupavam-se em atividades sem rendimento. No que diz respeito à distribuição por gênero, é possível identificar a presença mais forte das mulheres na condição “sem rendimento”. Embora tenha diminuído no período, cerca de 31% da PEA feminina ocupada, em 1999, ainda

fazia parte desta classe de rendimento. Neste sentido, as mulheres ainda participam de forma menos efetiva na distribuição dos rendimentos no mundo do trabalho, embora também tenham galgado posições nas classes de rendimento maiores.

Ao longo da década aumentou a participação feminina nas classes de renda mais elevadas. No caso das mulheres que aferiam rendimentos de mais de 2 a 3 salários, observou-se um crescimento da ordem de 11,3 % ao ano, contra apenas 2,9 % dos homens. O mesmo ocorreu com as demais classes de renda mais elevadas, em que as taxas de crescimento anual foram consideravelmente superiores para as mulheres, que as apresentadas para o universo masculino.

As mulheres, porém, mantêm-se em condições de desvantagem perante os homens no que se refere aos rendimentos do trabalho. Como comprova a tabela 13, a renda das mulheres está aumentando, se comparada à renda dos homens, mas ainda se apresenta em condições de elevada desigualdade. Em 1992 as mulheres obtinham como rendimento médio em Santa Catarina apenas cerca de 41% do que recebiam os homens. Em 1999 esta relação sobe para aproximadamente 52%, relação ainda bastante baixa.

Se considerarmos a situação de domicílio, comprovamos a condição de desigualdade mais evidente para as mulheres do meio rural. Para estas, em 1992 seus rendimentos médios significavam não mais que 21% da renda média masculina. A melhora foi relativamente expressiva, já que no final da década esta relação foi de 35%.

Para as trabalhadoras do meio urbano, a relação já é mais favorável, alcançando 55% da renda masculina no final da década, o que sinaliza relativa diminuição na desigualdade de rendimento em relação aos homens, já que a renda média das mulheres do meio urbano, em 1992, representava 48% da renda masculina.

Tabela 13: Percentual do rendimento das mulheres como proporção do rendimento dos homens. SC, 1992 e 1999.

Situação do domicílio	Renda das mulheres como proporção da renda dos homens (%)	
	1992	1999
Total	41,4	51,6
Urbano	47,8	55,1
Rural	21	34,4

Fonte: PNAD

A condição de inserção das mulheres no mercado de trabalho ainda se dá de maneira menos vantajosa do que para os homens. Embora estas tenham aumentado sua participação no

mercado de trabalho catarinense nos anos de 1990, no que tange às condições de remuneração restam conquistas importantes por alcançar.

A discriminação das mulheres no mercado de trabalho, expressada através das condições inferiores de rendimento em relação aos homens não é privilégio catarinense. Neste sentido, a mudança deste quadro passa por esforços que transpõem os limites do estado de Santa Catarina.

Outro aspecto que permite acompanhar características particulares da evolução da PEA ocupada por classes de rendimento no estado é a distribuição dos rendimento de acordo com as diferentes jornadas de trabalho. Como é possível comprovar na tabela 14, é bastante elevada a jornada de trabalho semanal dos trabalhadores com rendimentos baixos.

Tabela 14: Percentual de pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento mensal, segundo a jornada semanal habitual do trabalho principal. SC, 1992 e 1999.

Classes de rendimento	Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana (%)									
	Até 14		15 a 39		40 a 44		45 a 48		49 ou mais	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Total	3,2	7,3	17,8	18,2	35,6	38,4	12,5	11,4	30,5	24,3
Até ½ SM	7,2	25,9	43,5	41,6	14,5	12,0	11,1	4,6	22,9	15,7
mais de 1/2 a 1 SM	2,6	7,4	19,9	30,9	33,1	33,6	11,5	10,4	32,5	17,5
mais de 1 a 2 SM	0,4	3,1	9,0	18,3	44,6	43,8	17,9	15,4	27,8	19,1
mais de 2 a 3 SM	0,1	0,4	6,2	8,9	45,9	51,0	15,9	17,6	31,4	21,5
mais de 3 a 5 SM	0,6	0,4	8,2	7,7	47,1	48,3	13,0	12,1	30,9	31,0
mais de 5 a 10 SM	0,3	0,4	10,5	9,5	48,6	45,7	7,2	10,8	33,1	33,2
mais de 10 a 20 SM	...	2,0	15,9	7,1	48,0	42,6	10,9	6,5	25,0	41,1
mais de 20 SM	16,6	12,3	45,8	43,2	16,6	7,4	20,8	37,0
Sem rendimento	10,5	27,0	35,4	35,3	14,5	12,7	7,2	3,9	32,0	20,7

Fonte: IBGE/PNAD.

SM: Salário Mínimo

Para a faixa de rendimento de até meio salário mínimo mensal, enquanto 26% dos ocupados trabalhavam até 14 horas semanais em 1999, 41% dos ocupados nesta classe de rendimento tinham jornada de 15 a 39 horas e cerca de 16% tinham jornada superior a 49 horas semanais. Para esta faixa de rendimento houve redução na jornada de trabalho ao longo da década, tendo os trabalhadores ocupados nos grupos de horas de 45 a 48 horas semanais e mais de 49 horas sofrido as maiores reduções e o contingente da menor jornada passado de 7% do total em 1992 para cerca de 26% em 1999.

Este movimento pode ter relação com o aumento da informalidade registrada na década, já que estas atividades tendem a não apresentar jornadas de trabalho dentro de

padrões tradicionais, como as jornadas praticadas na indústria, por exemplo. A informalidade, como já mencionamos, caracteriza-se por atividades muitas vezes esporádicas, nem sempre demandando jornadas muito longas.

Excetuada esta classe de rendimento, em todas as outras o contingente mais expressivo de trabalhadores concentra-se no grupo de horas que vai de 40 a 44 horas trabalhadas por semana, no trabalho principal. Observa-se, porém, que nas classes de rendimento maior as jornadas também são maiores, e crescem no período.

Para a classe de rendimento de 5 a 10 salários mínimos, a quantidade de trabalhadores ocupados de 40 a 44 horas semanais se reduziu, passando de 48% em 1992 para 45% em 1999. Para as jornadas maiores os contingentes de trabalhadores se elevaram, sobretudo no grupo de horas de 45 a 48 horas semanais, que passou de 7% em 1992 para 10% em 1999. Na jornada de 49 horas ou mais o número de ocupados se manteve praticamente o mesmo.

Para a classe de rendimento de 10 a 20 salários com jornada superior a 49 horas semanais, o contingente de trabalhadores ocupados passou de 25% em 1992, para 41% em 1999. Movimento similar foi observado para a classe de rendimento de mais de 20 salários mínimos, que registrou aumento da jornada, com os trabalhadores ocupados 49 horas ou mais aumentando de cerca de 21% em 1992 para 37% em 1999.

Na tabela 15 apresentamos a distribuição cruzada de escolaridade e classes de remuneração para a PEA ocupada de Santa Catarina. Para o total da PEA ocupada é possível verificar que a maioria dos trabalhadores ocupados, cerca 40% em 1999, tinha de 4 a 7 anos de estudo. Embora diminua o contingente ocupado com menos de 1 ano de estudo ou sem instrução, persiste extremamente baixos os níveis educacionais dos trabalhadores. Cerca de 57% da PEA ocupada em 1999 ficava entre sem instrução e 7 anos de estudo, o que no sistema formal de educação no Brasil significa ter o primeiro grau incompleto. Se considerarmos a PEA ocupada até 11 anos de estudo, chegaremos à marca do 76% da PEA com segundo grau incompleto.

É a grande maioria dos trabalhadores com rendimentos baixos que apresentam níveis educacionais baixos. Exceto para a classe de rendimento dos que recebem até 1/2 salário mínimo, em todas as demais faixas de rendimento os sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo diminuem.

Houve uma leve melhora nos indicadores de educação no Brasil na década de 1990. No caso de Santa Catarina, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD (2000), além de ter-se reduzido o analfabetismo, de 11,5% da população em 1991 para

cerca de 7,5% em 2000, foi registrado aumento do tempo médio de estudo das pessoas com mais de 25 anos, de 5 anos em 1991, para 6 anos em 2000. O tempo médio de 6 anos é menos que o primeiro grau da educação formal tradicional, ainda é bastante baixo.

Com olhar novamente sobre os dados da PNAD, observa-se que para a classe de menor rendimento, até 1/2 salário mínimo, 11% dos ocupados tinham mais de 8 a 10 anos de estudo em 1999. Para a classe de 1/2 a 1 salário, os trabalhadores com mais de 11 a 14 anos de estudo somavam, no mesmo ano, cerca de 6% do total dos ocupados nesta classe de renda.

Tabela 15: Percentual de pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por grupo de anos de estudo, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos. SC, 1992 e 1999.

Classes de rendimento	Grupos de anos de estudo (%)											
	Sem instrução e menos de 1 ano		1 a 3		4 a 7		8 a 10		11 a 14		15 ou mais	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Total	7,6	4,5	16,1	12,3	45,2	40,0	15,4	19,4	11,4	16,7	3,9	5,7
Até 1/2 SM	14,9	15,3	27,0	25,9	44,7	42,3	10,4	11,5	2,7	2,8
mais de 1/2 a 1 SM	12,2	7,3	17,7	17,5	49,1	44,9	14,0	21,2	6,1	6,4	0,4	0,3
mais de 1 a 2 SM	9,1	5,9	16,0	14,7	44,8	43,6	18,5	23,4	8,8	10,3	2,2	0,5
mais de 2 a 3 SM	5,5	3,3	14,9	9,3	41,2	42,1	22,0	21,3	14,1	20,7	1,6	1,7
mais de 3 a 5 SM	3,2	2,2	10,4	7,8	40,9	33,7	18,9	23,3	20,3	26,4	5,8	5,8
mais de 5 a 10 SM	1,6	0,6	6,8	4,6	29,3	26,7	19,2	22,0	30,2	32,0	12,7	13,6
mais de 10 a 20 SM	1,0	0,5	7,4	3,4	18,0	22,9	9,5	9,7	31,9	29,7	31,9	33,6
mais de 20 SM	2,7	1,1	10,8	6,6	...	6,6	18,9	28,8	67,5	56,6
Sem rendimento	8,8	7,5	21,2	20,6	58,4	53,0	8,3	12,8	2,9	4,2	0,1	0,6

Fonte: IBGE/PNAD.

SM: Salário Mínimo

Fica claro, também pela observação dos dados, que os trabalhadores com maiores níveis educacionais obtêm, tradicionalmente, os maiores rendimentos. Como ocorre na classe de rendimento de 10 a 20 salários mensais, cerca de 37% dos ocupados tem escolaridade superior a 15 anos de estudo. Para os que recebem mais de 20 salários essa relação é ainda mais intensa, embora tenha se reduzido na década. Em 1992, cerca de 67% dos ocupados nesta classe de rendimento haviam estudado mais de 15 anos. Em 1999 esta proporção caiu para cerca de 57% dos ocupados. A faixa de escolaridade que recebeu estes trabalhadores, porém, foi a imediatamente anterior, que cresceu de 18% em 1992 para 28% em 1999.

4.3.5 Permanência no emprego e desemprego em Santa Catarina.

O tempo de permanência no mesmo emprego pode servir como um indicativo de qualidade dos postos de trabalho. Neste sentido, apresenta-se na tabela 16 a distribuição da PEA ocupada, por posição na ocupação e categoria de emprego, segundo o tempo de permanência no emprego.

Como é possível verificar, para o total dos ocupados por tempo de permanência no trabalho, a distribuição pouco se alterou ao longo da década, mantendo-se os ocupados praticamente na mesma situação.

Tabela 16: Distribuição da PEA ocupada por posição na ocupação, segundo o tempo de permanência no emprego. Percentuais. SC, 1992 e 1999.

População	Tempo de permanência no trabalho principal (%)											
	Até 5 meses		6 a 11 meses		1 ano		2 a 4 anos		5 a 9 anos		10 anos ou mais	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Ocupados	9,4	9,3	5,4	6,6	10,6	11,4	24,3	23,5	19,3	18,0	30,7	30,9
Assalariados	11,9	12,4	7,8	9,0	13,7	15,6	27,8	25,1	18,3	17,7	20,2	19,9
C/carteira assinada	8,4	7,3	7,8	9,0	14,3	16,0	29,6	26,9	19,6	19,0	20,1	19,2
Func. públicos	1,9	...	3,2	2,3	7,0	8,8	19,3	15,4	25,1	22,4	43,2	50,9
Sem carteira	29,2	27,8	9,8	12,0	14,2	17,5	24,6	23,3	10,8	10,9	11,1	8,1
Trab. Domésticos	20,3	15,9	5,7	10,9	26,5	17,6	26,5	33,1	11,9	13,8	8,8	8,4
C/carteira assinada	16,2	5,9	4,6	7,4	25,5	20,8	37,1	41,7	11,6	14,9	4,6	8,9
Sem carteira	21,4	19,8	6,0	12,2	26,8	16,3	23,4	29,8	12,0	13,4	10,0	8,1
Empregadores	2,6	3,8	3,2	5,5	4,6	6,8	16,4	16,2	27,6	21,7	45,3	45,7
Conta própria	6,2	5,3	2,6	3,6	5,2	4,5	18,5	20,3	16,4	16,0	50,8	50
Próprio uso	87,4	87,5	12,5	12,4
Próprio consumo	9,2	5,7	4,9	1,6	7,3	6,0	25,7	18,5	19,0	16,8	33,7	51
Não remunerados	4,0	3,9	2,6	3,2	6,1	7,5	22,3	24,3	25,7	23,4	39,0	37,4

Fonte: PNAD

Para os assalariados, a rotatividade no emprego é elevada, com cerca de 37% dos ocupados em 1999 não permanecendo mais que um ano no mesmo emprego. Esta proporção aumentou em relação a 1992, quando eram cerca de 33% os que foram demitidos ou pediram para sair do emprego antes de completar um ano de permanência.

Dentro do contingente de assalariados, os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada são os que apresentam maior rotatividade no emprego; aproximadamente 28% dos sem carteira em 1999 permaneceram menos de 5 meses no emprego; 57% dos ocupados sem carteira em 1999 permaneceram menos de 1 ano no emprego, o que indica elevado grau de rotatividade dos trabalhadores informais.

Já os trabalhadores com carteira permanecem por mais tempo no mesmo emprego. Cerca de 65% destes trabalhadores permaneciam mais de 2 anos no emprego em 1999. A condição de formalidade, neste caso sugere também maior segurança advinda da condição ocupacional mais estável.

Os trabalhadores domésticos, outro grupo de ocupados com condições de ocupação menos vantajosas, apresentou elevada rotatividade no emprego na década de 1990. Mais uma vez é possível observar o melhor desempenho dos trabalhadores com carteira assinada, estes apresentando-se mais expressivos nos intervalos de permanência mais longos. Cerca de 55% do total e 65% dos com carteira permaneciam mais de 2 anos no emprego em 1999.

Para a posição empregadores a permanência é bastante longa, com cerca de 45% destes permanecendo na ocupação por mais de 10 anos.

Outro grupo de ocupados que apresenta baixos índices de rotatividade é o de trabalhadores por conta própria, que também em 1999 registrou uma permanência superior a 10 anos para cerca de 50% dos ocupados.

Por fim, cabe observar que é elevado o contingente de não remunerados com permanência superior a dois anos nesta condição. Em 1999, estes eram cerca de 85% dos não remunerados no estado.

A não realização de pesquisas mais específicas sobre o desemprego para Santa Catarina, a exemplo das pesquisas realizadas em pelo IBGE em regiões metropolitanas do Brasil, remete a dimensionar o desemprego aberto em Santa Catarina na década de 1990, cujas taxas são apresentadas na tabela 17.

O desemprego aberto de Santa Catarina segue tendência nacional com aumento das taxas, mesmo que a patamares inferiores que no âmbito do país. No decorrer da década, as taxas de desemprego aberto em Santa Catarina vão evoluindo, para chegar a 7,2% em 1999. Nos anos de 1992, 1993 e 1995, a variação da taxa é pequena, ficando entre 3 % e 4 %. A partir de 1996 as taxas se elevam ano a ano.

A elevação das taxas de desemprego, como sugerem DIEESE (1996), Lins (1998) e outros autores, tem grande relação com o processo de reestruturação por que passou a economia catarinense, especialmente no setor secundário da economia. Primeiro com a abertura comercial e depois com a estabilização da moeda, com o Plano Real e por conta da sobrevalorização do câmbio, tornam-se danosas para a indústria catarinense as condições de concorrência que passaram a vigorar, já que o mercado local foi inundado por produtos originários de outras partes do mundo (LINS, 1998).

Tabela 17: Desemprego aberto, total e por sexo. SC, 1992 a 1999.

Ano	desemprego aberto	homens	mulheres
1992	3,8	3,3	4,6
1993	3,0	2,7	3,6
1995	2,6	2,9	2,1
1996	4,2	3,1	5,7
1997	4,7	3,6	6,3
1998	6,7	5,5	8,4
1999	7,2	5,8	9,2

Fonte: PNAD

Na década de 1990, o estado de Santa Catarina apresentou crescimento econômico superior à média nacional (MATTEI&LINS, 2001), o que pode ter contribuído para a manutenção de taxas menores de desemprego, em relação à taxa nacional que cresceu fortemente no período. Em 1992, enquanto se registrou no estado uma taxa de 3,8 %, para o Brasil, segundo dados da PNAD, a taxa de desocupação foi de 6,5 %. Em 1999, o estado registrou uma taxa de 7,2 %, contra os 9,6 % da nação.

Se desagregarmos as taxas de desemprego por sexo, nota-se a maior presença das mulheres na condição de desemprego aberto. As taxas femininas mantiveram-se um pouco superiores às taxa apresentadas para os homens. Em 1999, ano em que foi registrada a maior taxa de desemprego aberto da década, enquanto cerca de 5,8% da PEA masculina encontrava-se na condição de desemprego aberto, mais de 9% das mulheres encontravam nesta situação.

O desemprego aberto apresenta-se como uma das diversas “caras” que a marginalização da população pode assumir. É, talvez, a forma mais evidente e mais facilmente dimensionada. Evidencia-se no estado de Santa Catarina, desta forma, a maior exclusão ou marginalização das mulheres do mercado de trabalho, como expresso nas maiores taxas de desemprego.

Em resumo, a expansão do desemprego na década de 1990 ganhou dimensões preocupantes em Santa Catarina. Embora tenha registrado taxas menores que as nacionais, ocorreu o crescimento acelerado do desemprego a partir da segunda metade da década. Isso aliado a maior rotatividade do trabalho e um conjunto de novas características assumidas por este mercado no estado, se configuram no quadro do mercado de trabalho em Santa Catarina no final da década.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo geral de analisar a dinâmica do mercado trabalho em Santa Catarina na década de 1990, o presente estudo procurou, inicialmente, compreender o conjunto de transformações por que passou o capitalismo nas últimas décadas do século XX e seus impactos sobre o mundo do trabalho.

O período pós anos de 1970 foi marcado por importantes mudanças nas formas de produzir, que geraram conseqüências avassaladoras sobre o mundo do trabalho. Este é o período da globalização econômica, cuja principal característica foi a reestruturação produtiva engendrada a partir da terceira revolução industrial.

Estes aspectos foram analisados detalhadamente no segundo capítulo, onde identificou-se as principais transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX, destacando-se a desestruturação do modo de produção denominado “fordismo” e o aparecimento de novas formas mais flexíveis de produção. Na abordagem sobre a forma de inserção da economia brasileira neste novo cenário ficou evidente a condição de dependência do país frente ao mundo desenvolvido, devido à opção de se inserir de forma passiva no processo de globalização, o que reafirma sua posição de nação menos desenvolvida na nova divisão internacional do trabalho que se desenhou no pós-guerra.

O terceiro capítulo tratou das questões mais específicas do mundo do trabalho, onde se buscou identificar as principais tendências relacionadas ao trabalho a partir dos anos de 1970, destacando-se o aumento do desemprego aberto em âmbito mundial; a redistribuição setorial da população ocupada, em que as atividades do setor terciário da economia apresentaram-se mais dinâmicas; a desregulamentação dos mercados de trabalho; e o surgimento de condições de ocupação mais precárias. Para o Brasil a aceleração do desemprego se deu fortemente a partir dos anos de 1990, quando foi adotada a agenda neoliberal e implementadas reformas estruturais, cujos efeitos sobre o mundo do trabalho não produziram, até o presente momento, melhoras nas condições de vida dos trabalhadores.

O quarto capítulo tratou especificamente do estado de Santa Catarina, com a análise de indicadores sobre o mercado de trabalho catarinense. O estado, seguindo tendência nacional, experimentou o aumento do desemprego e das demais inseguranças que ganharam força no mundo do trabalho. Embora tenha apresentado taxas de desemprego inferiores às apresentadas para o Brasil, estas sofreram elevação considerável no decorrer da década de 1990.

Na análise da distribuição setorial da PEA ocupada do estado, se identificou importantes mudanças no sentido da re-alocação desta entre os setores da economia. O decréscimo do setor primário seguiu seu curso, enquanto o setor secundário pouco variou no período. Paralelamente, ocorreu o aumento nos ramos de atividade do setor terciário, que apresentaram taxas de crescimento elevadas na década. Mesmo assim, ressalta-se o fato de que o setor agrícola ainda detinha, em 1999, 28% da PEA ocupada do estado.

O ramo da indústria de transformação manteve-se como um dos mais importantes, dando ocupação para cerca de 20% da PEA ocupada do estado. Se manteve também constante a participação relativa da indústria da construção no total da PEA ocupada. O destaque fica para o ramo da prestação de serviços que aumentou sua participação relativa, consideravelmente, na PEA ocupada na década. Os demais ramos do setor terciário também cresceram significativamente no período, registrando também aumento de participação relativa sobre o total da PEA ocupada, mas não com a mesma expressão do ocorrido no ramo de prestação de serviços.

Na observação dos dados referentes à posição na ocupação, constatou-se a manutenção da posição “empregados” (assalariados) como a categoria mais importante, que apresentou pequeno aumento da sua participação relativa no total da PEA ocupada (50%, 1999). Observou-se que os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada contribuíram mais para esta elevação, ou seja, registrou-se em Santa Catarina aumento da informalidade na década. Os trabalhadores ocupados na produção para o próprio consumo aumentaram a taxas elevadas no período, enquanto os não-remunerados diminuíram.

Destaca-se o fato de que as mulheres passaram a ocupar mais espaço em ocupações como “empregados” e “empregadores”, para as quais apresentam elevado crescimento positivo. Para as mulheres, porém, tem sido registradas taxas de desemprego maiores e condições de inserção no mercado menos favoráveis do que para os homens.

No que diz respeito ao rendimento mensal dos trabalhadores, identificou-se a redução da participação relativa da PEA ocupada com remuneração de até meio salário mínimo a dois salários, com todas as demais faixas salariais mais elevadas registrando aumento. Os “sem rendimento” diminuíram, embora continuam ocupando grande proporção da PEA ocupada, sobretudo pelo fato de o setor agrícola, onde esta modalidade de trabalho é mais comum, manter um expressivo contingente de trabalhadores. E nesta classe de rendimento as mulheres ainda são maioria, mas destaca-se o fato de elas estarem aumentando sua participação nas faixas de salários mais elevados. Outro aspecto identificado com relação à inserção das

mulheres no mundo do trabalho refere-se à menor renda média aferida em relação aos homens. Embora o rendimento das mulheres tenha sido maior em 1999, este representava somente 51% do rendimento médio dos homens. Em 1992 esta relação era de 41%.

Outro aspecto analisado no presente estudo relaciona-se com a jornada de trabalho, a partir da distribuição da PEA ocupada do estado nas diferentes faixas de horas trabalhadas. As principais conclusões que podem ser tiradas sobre este tema vão no sentido do maior crescimento apresentado para o grupo de até 14 horas trabalhadas, este apresentando as maiores taxas anuais de crescimento para o período, fenômeno que pode ser explicado pelo aumento da informalidade ocorrido na década, já que estas atividades apresentam-se de forma menos rígida comparativamente às jornadas tradicionais dos trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada.

De modo geral, o mundo do trabalho catarinense experimentou mudanças significativas na década de 1990, no que se refere aos aspectos acima mencionados. A PEA ocupada manifestou evolução bastante inferior à PEA desocupada e as mulheres que ainda têm uma condição de desocupação mais acentuada, comparativamente aos homens.

Assim é possível elencar como principais tendências identificadas: 1) a expansão do setor terciário, onde atividades do comércio e serviços ganham força; 2) a afirmação da tendência de redução da PEA ocupada no setor agrícola do estado; 3) o aumento da informalidade, fenômeno que se expressa de maneira mais forte no contingente da PEA ocupada feminina; e 4) a continuidade da disparidade salarial entre homens e mulheres em que estas, na relação de gênero continuam em desvantagem, já que recebem rendimentos consideravelmente menores que os homens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, L. Mercado de trabajo, flexibilización y nuevas formas de regulación. Campinas: CESIT.IE.UNICAMP, 2000. (Cadernos do CESIT, nº 29).
- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, 155 p.
- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ARIENTI, P.; CAMPOS, Antonio C. de. Uma análise crítica do modelo de crescimento econômico brasileiro da década de 90. In: Congresso da SEP, 2005, local. Anais do congresso. CD Room.
- ARRIGHI, Giovanni. Globalização e Macrossociologia histórica. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 20: 13-23, junho de 2003.
- BC – Banco Central do Brasil. Relatório anual. 2004. Disponível em <<http://www.bc.gov.br>>. Acesso em: 20 de março de 2006.
- BALTAR, P.E.A. Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil. In.: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 129-146.
- CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. A economia brasileira em marcha forçada. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 217p.
- BARROS DE CASTRO, Lavínia. Privatização, abertura e desindexação: A primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, F. Et. Al. *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier Editora, 2005, p.141-165.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: PEDEX, nº 6, 56p., 1994.
- BAUMANN, Renato. O Brasil nos anos 1990: uma economia em transição. In.: BAUMANN, Renato (Org.). *Brasil, uma década em transição*. Cepal/Campus, RJ, 1999.
- CARDOSO JR., José Celso. Crise e Desregulação do Trabalho no Brasil. Brasília: IPEA, Agosto de 2001, 62p. (Texto para discussão, nº 814).
- CEAG/SC. Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (Século XVII – 1960). Florianópolis: CEAG/SC, 1980.
- COUTINHO, L.A terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. In: *Revista Economia e Sociedade*, n.1, ago. 1992.

COSTA, Achyles B. da. Reestruturação produtiva e padrão de organização industrial. Porto Alegre: CPGE/UFRGS, 1995. 26p. (Texto para discussão, nº 06).

CUNHA, I. J. O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

CUNHA, I. J. Dinâmica demográfica e desenvolvimento industrial em Santa Catarina. In: SIEBERT, C.F (Org.). Desenvolvimento regional em Santa Catarina. Blumenau: Edifurb, 2001. P. 119-138.

DEDECCA, C. S. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. 1997. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP/IE.

DEDECCA, C. S. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 95-111.

DIEESE-SC. Reestruturação produtiva e emprego na indústria de Santa Catarina. Florianópolis, dez. 1996. Estudo Especial.

FERRARI FILHO, Fernando. Uma agenda econômica pós-Keynesiana para a economia brasileira: da tríade mobilidade de capital, flexibilidade cambial e metas de inflação à proposição de uma estratégia alternativa. In: BENECKE, Dieter W.; NASCIMENTO, Renata (Orgs.). *Opções de política econômica para o Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer, 2003, p.113-140.

GIAMBIAGI, F. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC. In: GIAMBIAGI, F. Et. Al. *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier Editora, 2005, p.166-222.

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina. In: Congresso da ABPHE, 2003. Disponível Em :
<<http://www.abphe.org.brcongresso2003TextosAbphe/2003/52>>

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX 1914 – 1991*. 2. ed. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. O Estado-Nação na época da globalização. In: *Revista Econômica*, São Paulo, n.1, vol. 1, pg. 105-118, junho de 1999.

LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento, 1974/76; sonho e fracasso*. 2ª ed. Campinas: IE – UNICAMP, 1998.

LINS, Hoyêdo Nunes. Reestruturação Produtiva e Impactos Sócio-Espaciais. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas / UFSC, Abril de 1998, 20p. (Texto para discussão, nº 04/98).

LINS, Hoyêdo Nunes. Travesuras da economia-mundo: globalização, blocalização e precarização. In: *Textos de Economia*. Florianópolis: UFSC, 2002, v.7, n.1. p.169-193.

LINS, Hoyêdo Nunes. Reestruturação produtiva em Santa Catarina: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2000.

MATTEI, Lauro. A evolução do emprego agrícola no Brasil. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – BET, 1998. (Coleção ABET – Mercado de Trabalho, v.4).

MATTEI, Lauro. Pluriatividade e desenvolvimento rural em Santa Catarina. 1999. Tese de doutorado em Economia. Campinas: UNICAMP/IE.

MATTEI, Lauro. Panorama atual do desenvolvimento sócio-econômico catarinense. Seminário estadual sobre perspectiva da economia catarinense no século XXI. Florianópolis, 1999a.

MATTEI, L.; LINS, Hoyêdo Nunes. A sócioeconomia catarinense no limiar do século XXI. In.: PEREIRA, L. B.; CÁRIO, S. A. F.; KOEHLER, M. (Orgs.). Padrão produtivo e dinâmica competitiva: estudo sobre setores selecionados em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, PPGE, 2001. 198p. (p. 29-47).

MATTEI, Lauro A globalização econômica como fator de exclusão social. In: Revista Katálysis. Florianópolis: v.7 n. 1, p.57-68, jan./jun. 2004.

MERCADANTE, A. Plano Real e neoliberalismo tardio. In: MERCADANTE, A. (Org.). O Brasil pós-Real: a política econômica em debate. Campinas: UNICAMP-IE, 1998, p.131-167.

MATTOS, Fernando A. de. Transformações nos mercados de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos a partir da retomada da hegemonia americana. 2001. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP/IE.

MATTOSO, J.E.L.; BALTAR, P. E.de A. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. Campinas: CESIT.IE.UNICAMP, 1996. (Cadernos do CESIT, nº 21).

MATTOSO, J.E.L. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho*: textos básicos. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 61-77.

MODIANO, E. A ópera dos três cruzados: 1985-4989. In: ABREU, M. de Paiva (Org.). A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

OLIVEIRA, C. A. B. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In.: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho*: textos básicos. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 113-126.

OLIVEIRA, Hipólita Siqueira de. A divisão inter-regional do trabalho brasileiro nos anos 90. 2003. (Dissertação de Mestrado). Campinas: UNICAMP/IE, 2003.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. IBGE, 1995.

PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>> Acesso em: 20 de março de 2006.

POCHMANN, Marcio. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. O trabalho na Globalização. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Balanço de duas décadas do emprego no Brasil. Formação, Brasília, v.2, n.6, páginas 5 – 14, setembro/dezembro de 2002a.

RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo. São Paulo: M. Books do Brasil Ltda, 2004.

RODARTE, Mário M. S.; BRAGA, T.S; GARCIA, L.S. Desemprego de longa duração como corolário da “Década Neoliberal”: A evolução do desemprego metropolitano entre as décadas de 1990 e 2000. In: Congresso ABET, 2005. Anais do congresso. CD Room.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Crise e políticas de ajuste nos países capitalistas avançados. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 21-34.

SERRA, JOSÉ. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: Belluzzo, L.C.M. & Coutinho, R. (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. V.II. São Paulo: Editora brasiliense, 1982.

SUZIGAN, W. A crise dos anos 70 e a necessidade de reestruturar o setor produtivo dos países avançados. In: SUZIGAN, W. et. alli. *Reestruturação industrial e competitividade internacional*. São Paulo: SEADE, p. 7-31, 1989.

WELLER, Jürgen. Procesos de exclusión e inclusión laboral: la expansión del empleo en el sector terciario. CEPAL: Série macroeconomia del desarrollo. Santiago de Chile, 2001. Disponible em: <<http://www.eclac.org>> Acesso em: 20 de março de 2006.